

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

**Juliana Nunes de Barros**

**A ANÁLISE FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL:  
e seu olhar junto à população de rua e afins**

**Belo Horizonte**  
**2016**

**Juliana Nunes de Barros**

**A ANÁLISE FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL:  
e seu olhar junto à população de rua e afins**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Luís Flávio Silva Couto

Área de concentração: Projetos de Subjetivação

**Belo Horizonte**

**2016**

### FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

B277a Barros, Juliana Nunes de  
A análise fenomenológica existencial: e seu olhar junto à população de rua e afins / Juliana Nunes de Barros. Belo Horizonte, 2016.  
93 f.

Orientador: Luís Flávio Silva Couto  
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Psicologia. 2. Fenomenologia existencial. 3. Assistência social. 4. Pessoas desabrigadas. 5. Desigualdade social. I. Couto, Luís Flávio Silva. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 165.62

**Juliana Nunes de Barros**

**A ANÁLISE FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL:  
e seu olhar junto à população de rua e afins**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

---

Prof. Dr. Luís Flávio Silva Couto – PUC Minas (Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacqueline de Oliveira Moreira – PUC Minas (Banca Examinadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristine Monteiro Mattar – UFF (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 06 de abril de 2016

*À Clarice e Luísa pelo carinho e amor, ao Fernando  
parceiro em minha caminhada  
e a minha mãe pelo incentivo. Muito obrigada!*

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço a todos que estiveram comigo nesta caminhada.*

*Agradeço especialmente ao professor Dr. Luís Flávio Silva Couto pelos encontros que provocaram tantos movimentos, incentivos, paciência e rigor.*

*Agradeço a Dra. Ana Maria L. C. Feijoo pela disposição e interesse em me acompanhar.*

*Agradeço a professora Dra. Cristine Moreira Mattar pelas contribuições para a construção deste trabalho.*

*Agradeço a Professora Dra. Jacqueline de oliveira Moreira que se dispôs a avaliar meu trabalho.*

Os homens, com o auxílio das convenções, têm resolvido tudo com facilidade e pelo lado mais fácil da facilidade; mas é claro que precisamos ater-nos ao difícil.

Rainer Maria Rilke

## RESUMO

Esta dissertação discorre sobre a possibilidade de atuação do psicólogo fenomenólogo junto à PSR, levando em consideração os instrumentos sociais que caracterizam esta clínica, sejam por mecanismos de políticas públicas ou ONGs, clarificando àquele que sofre existencialmente, o modo como se relaciona com o mundo e o sentido disso. A desigualdade social é retratada pelo apartamento de indivíduos ou de grupos que se encontram cada vez mais *desqualificados* socialmente, refletindo, assim, a *era da técnica*, com características de produção e de consumo exacerbados. Martin Heidegger, filósofo alemão, nos convida a refletir sobre o sentido da existência do ser e a sua relação com o mundo. Provocando, portanto, um questionamento sobre o modo como nos relacionamos com a era da técnica e suas exigências. O caminho percorrido se inicia com a explanação de alguns “conceitos” fundamentais para a compreensão do percurso do pensamento heideggeriano. Em seguida, dissertar-se-á sobre os modos excludentes que imperam na contemporaneidade. Por último, discutiremos as possibilidades de atuação do psicólogo, a partir do olhar da fenomenologia, num mundo onde a técnica domina todo e qualquer saber. Apresentaremos também os resultados de uma pesquisa do CRP-MG que exemplificam as fragilidades vividas pelos profissionais que atuam através das orientações da PNPR. Assim sendo, pretende-se ressaltar que a Análise Existencial é uma das possibilidades da prática clínica psicológica que tem, também no âmbito do social, uma proposta de escuta, que revele a apropriação do existir humano, fomentando e ampliando sua condição de existente.

Palavra-chave: Psicologia, fenomenologia, Análise Existencial, clínica, população em situação de rua.

## ABSTRACT

This dissertation talks about the possibility of the performance of phenomenologist psychologist with the PSR, taking into account the social instruments that characterize this clinic, whether by public policy mechanisms or NGOs, clarifying to the sufferer existentially, the way it relates to the world and the point of it. Social inequality is portrayed by the apartment of individuals or groups that are increasingly socially disqualified, reflecting thus the technical era, with features production and exacerbated consumption. Martin Heidegger, German philosopher, invites us to reflect on the meaning of existence of being and their relationship with the world. Causing therefore a question of how we relate to the era of technique and its requirements. The path starts with the explanation of some "concepts" fundamental to the understanding of Heidegger's thought route. Next, will be lecturing on the exclusive modes that prevail nowadays. Finally, we discuss the psychologist possibilities, from the look of phenomenology, in a world where art dominates any and all know. We will also present the results of a CRP-MG search exemplifying the weaknesses experienced by professionals working through the guidelines of PNPR. Accordingly, it is intended to emphasize that the Existential Analysis is one of the possibilities of clinical psychology practice that has also in the social, a proposal for listening, which reveals the appropriation of human existence, fostering and expanding its existing condition.

Keywords: Psychology, Phenomenology, Existential Analytic, Clinic, Population in a Street Situation.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

MEC - Ministério da Educação e Cultura

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

PNPR – Política Nacional para a População em Situação de Rua

ONG – Organizações Não Governamentais

PSR – População em Situação de Rua

CRP – Conselho Regional de Psicologia

CRP-MG – Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais

CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

Centro POP – Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPSad – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - A PSICOLOGIA, A FENOMENOLOGIA E O CONTEMPORÂNEO .....	20
1.1 Um passeio pelo pensamento de Heidegger .....	20
1.1.1 A estrutura do ser-aí .....	21
1.1.2 Ser-no-mundo cotidiano .....	23
1.1.3 A questão da técnica.....	26
1.1.4 Serenidade .....	32
1.2 A Psicologia Clínica: técnica ou téchne .....	35
1.3 A Análise Existencial, o fazer de uma clínica psicológica .....	38
CAPÍTULO II - DA CLÍNICA TRADICIONAL ÀS NOVAS POSSIBILIDADES .....	48
2.1 Caminhos da Psicologia.....	48
2.2 Possibilidade de uma clínica psicológica com inspiração fenomenológica.....	56
2.3 O grupo como possibilidade clínica.....	60
2.4 Outros fazeres da Psicologia, a participação dos psicólogos em políticas públicas .....	63
2.4.1 Contextualização: PNSR e o fazer do psicólogo.....	65
CAPÍTULO III - A PSICOLOGIA E OS “DESQUALIFICADOS” SOCIAIS: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AFINS .....	68
3.1 Sobre os “desqualificados” sociais e os modos excludentes de se viver. ....	68
3.2. Uma visão sociológica da exclusão social .....	71
3.3 Fenomenologia, impessoalidade e políticas públicas .....	76
3.4 A Psicologia e a população em situação de rua: novas propostas e velhos desafios .....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	85
REFERÊNCIAS .....	89

## INTRODUÇÃO

O tema a ser desenvolvido surge a partir do encontro com o pensamento do filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), que corroborará para se compreender a possibilidade de integração de suas reflexões às práticas clínicas em Psicologia. Principalmente, pensar a interseção entre a fenomenologia, público e o social, ou seja, a possibilidade de construção de uma clínica que acompanhe as fragilidades do mundo contemporâneo, e que atenda às solicitações de grupos vulneráveis socialmente.

Acredita-se que o pensamento heideggeriano fornecerá elementos que facultem abordar de forma distinta, questões relativas ao exercício psicológico, lançando mão de uma compreensão atenta e crítica dos processos históricos que perpassam e fomentam a existência humana e suas indeterminações.

A intenção deste trabalho é aproximar a reflexão do pensamento heideggeriano, através de algumas questões tematizadas pelo filósofo, como exemplo, a dimensão da era da técnica na compreensão dos modos de existência, com as novas possibilidades de atuação do psicólogo. Para tanto, tal aproximação exige um diálogo rico em tensões com a tradição filosófica ao mesmo tempo em que oferece a motivação para se compreender o sentido da existência do ser e o horizonte histórico de articulação de sentido, o mundo.

A construção de uma clínica que acompanhe as fragilidades do mundo existencial e que atenda a uma população nomeada como vulnerável, os *desqualificados sociais*, ou seja, um público que habitualmente não frequenta os consultórios privados, seja da fenomenologia ou da psicanálise, é um desafio hoje, entretanto, temos políticas públicas que acolhem essa demanda, como exemplo, a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Como a Psicologia, em uma inspiração fenomenológica, tem se posicionado frente a esta população, que aqui se nomeará como população em situação de rua e afins?

Compreende-se, portanto, como população de rua e afins toda um grupo de pessoas viventes na rua, seja por opção, ou não, por encontros e desencontros da vida particular, trabalhadores, ou não, e tantas outras configurações que esse grupo possa *experienciar*.

De acordo com a perspectiva fenomenológica, *homem* e *mundo* são co-originários, constituem-se simultaneamente, isto é, não se deve pressupor a cisão entre ambos. O ser-aí, ou seja, o Dasein é mundo. Assim, ao se propor o diálogo com a filosofia através de elementos que auxiliam na reflexão sobre as práticas psicológicas, tal empreender não direcionará a construção de novos modelos teóricos nem conceituais que visem representar a

condição humana. A intenção, portanto, será simplesmente despertar um convite a uma atitude diferenciada, em relação aos fenômenos pertencentes ao âmbito da psicologia clínica.

O pensar filosófico, aqui compreendido, não se limita a arquitetar um pensamento meramente abstrato. O que se pretende é conduzir as ideias filosóficas a uma aproximação da psicologia clínica, na medida em que ambas as práticas comungam de um aspecto, a saber: elas se articulam no âmbito da existência.

Para acompanhar a construção deste trabalho, propõe-se que o leitor rompa com o pensamento tradicional e científico, numa tentativa renovada de pensar a condição humana que o desprenda de quaisquer perspectivas atreladas à filosofia da subjetividade e às teorias psicológicas contemporâneas que tomam o modo de ser do homem como simplesmente dado (*Vorhandenheit*). Propor uma atitude fenomenológica é um desafio a abstrair-se de qualquer teoria acerca da existência humana, bem como nos desvencilharmos de toda atitude natural para com o ser do homem, o que equivale a dizer que não se deve atribuir a seu ser nenhum caráter de subsistência, mas considerá-lo, antes de tudo, constitutivamente vinculado ao horizonte histórico de sentido no qual se encontra.

Este trabalho desperta para uma questão que geralmente produz certa opacidade a Psicologia em uma inspiração fenomenológica, que aqui se pretende clarificar, considerando-se esta uma possibilidade do seu fazer, reconhecendo, assim, que a atuação junto às políticas públicas e a população nomeada como vulneráveis sociais, é uma possibilidade na prática clínica na Psicologia. Não se trata, portanto, de uma reflexão acabada, mas sim de se reconhecer que esta prática em Psicologia se apresenta como um caminho aberto a possibilidades, e não necessariamente a uma visão tecnicista de seu fazer.

A fenomenologia existencial, embasando a prática clínica em Psicologia, consolidou-se no Brasil nos anos de 1960 e 1970. São aproximadamente 50 anos, desde que a fenomenologia começou a ser estudada e pensada enquanto contribuição à Psicologia. Período este marcado por grandes mudanças no país, mudanças sociais, políticas e históricas. A Psicologia acompanhou essas mudanças, fez-se reconhecida como profissão, cresceu e se estabeleceu como ciência, ascendeu como prática clínica e vem se transformando e se fortalecendo teoricamente através do investimento contínuo de diversos textos de autores que auxiliam na conquista deste olhar.

Neste caminhar, a fenomenologia se fez presente como parte do currículo da maioria dos cursos de graduação em Psicologia, apresentando-se como prática e pesquisa, através de disciplinas, estágios e/ou grupos de pesquisa. Sendo tema presente nas provas de avaliação dos cursos universitários elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), o

ENADE (Exame Nacional de Desempenho do Estudante). Entretanto, apesar do progressivo reconhecimento que a fenomenologia vem conquistando no Brasil, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Equivocadamente, embora a fenomenologia nos cursos de graduação em Psicologia, tenha se apresentado sob a perspectiva de um conjunto de autores relevantes, com olhares e pensamentos que perpassam essa temática, não deveria ser vista como um “bloco fenomenológico”. O pensamento de cada autor, referenciado nessas disciplinas, carrega suas características próprias, não dizendo a mesma coisa e nem do mesmo modo, ocasionando, assim, muita confusão diante das discussões teóricas.

Traçando-se um paralelo com a Psicanálise, geralmente mais conhecida pelos estudantes de Psicologia, é como se se anunciasse que Freud, Lacan, Klein, Bion e Winnicott pensam a psicanálise do mesmo modo, o que, obviamente, é uma inverdade.

Tal confusão é compreensível, uma vez que a maioria dos cursos de Psicologia apresenta uma carga horária insuficiente para diferenciar as características do pensamento dos filósofos da fenomenologia. Mas esse é um aspecto que não deveria ser negligenciado, pois cada autor tem sua relevância diante as várias tonalidades possíveis.

A fenomenologia, enquanto fundamento para se pensar a Psicologia, constitui-se através de autores de referência, com suas diferenças significativas na construção de olhares múltiplos. Destacam-se, principalmente, Husserl, Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty e Edith Stein.

Neste caminhar pelos desafios e possibilidades que a fenomenologia instiga, adentraremos apenas, e prioritariamente, pela fenomenologia hermenêutica, tal como promulgada pelo filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976). Assim, anunciaremos algumas das questões teóricas e filosóficas que permeiam o legado desse autor, com o objetivo de esclarecer aspectos do seu caminhar, uma vez que se faz necessário a compreensão da trajetória de seu pensamento com o intuito de se compreender o que vem a ser uma Análise Fenomenológica Existencial.

Estudiosos das obras do filósofo apontam momentos distintos nos trabalhos do autor, nomeados então como primeiro e segundo Heidegger. Esta “divisão” tem caráter apenas didático, como favorecimento a compreensão dos caminhos percorridos pelo autor, portanto em nenhum momento a obra do filósofo deve ser fragmentada.

Assim, num primeiro momento, Heidegger propõe questionar o sentido da existência, a analítica existencial, o Dasein, a noção de mundo, as tonalidades afetivas e outros temas que perpassam uma visão ontológica do ser.

E, os textos considerados como tardios marcam a visada do caminhar de Heidegger. A principal modificação acontece na tematização do ser-aí, que não passa mais a ser compreendido pelo horizonte transcendental de sua própria finitude, tendo agora como referência a temporalidade própria do ser, a questão da técnica, as orientações sedimentadas de mundo, o horizonte histórico, dentre outras temáticas. Indicando aqui, a possibilidade de se pensar uma análise fenomenológica-existencial.

Essa mudança é a marca filosófica que muitos autores chamam de “Heidegger tardio”, ou seja, a transição entre o primeiro e o segundo Heidegger, que não deve ser visto como uma ruptura, mas sim como uma complementação e um aprofundamento, uma mudança de sentido no mesmo caminho da reflexão inicial (GIACOIA, JR. 2013, p.86).

Dessa forma, o estudo do pensamento de Heidegger não pode ser visto apenas como “primeiro e segundo Heidegger”, sendo fundamental compreender que ele se constitui como um caminho percorrido.

Em *Ser e Tempo* (1927/2007), Heidegger anuncia sua *Analítica Existencial*, opondo-se radicalmente a ideia de *análise*, termo esse que se aproxima da intenção das ciências modernas, que se ocupam do homem na tentativa de analisar e solucionar os sintomas, as queixas, a fala dos clientes ou qualquer outra expressão, uma vez que ao ser analisado, o fenômeno se decompõe em elementos, fragmentando-se tal como num processo de análise química.

A *Analítica da Existência* tem caráter ontológico. Este termo foi retomado por Heidegger a partir da expressão de Immanuel Kant (1724-1804) em *Crítica da razão pura*, entretanto, entretanto, o filósofo deixa claro que sua obra não pretende ser uma continuação da posição kantiana.

Para Heidegger a *Analítica da Existência*, ou *Analítica do Dasein* não pretende perder de vista o fenômeno, nem o decompor em partes ou elementos. O que se pretende é a recondução a uma unidade (síntese) como possibilidade ontológica de ser dos entes. Assim, a construção de uma clínica psicológica inspirada na Analítica da Existência não irá contemplar a decomposição em elementos e forças do fenômeno, mas a busca de reflexão que remeta o Dasein à sua unidade ontológica, reconduzir o homem ao seu modo próprio de ser, evitando o uso utilitarista da ciência e do senso comum, recordando-o de sua verdade para livremente corresponder ao sentido do ser.

No início do século XX, psiquiatras europeus questionavam o modo como se pensava tradicionalmente a “psique”. Nomes como Karl Jaspers (1883-1969), Ludwig Binswanger

(1881-1966), Eugene Minkowski (1885-1972), Medard Boss (1903-1990), entre outros, foram pioneiros nessa tarefa.

Em meados da década de 1940, Binswanger compreendeu o quanto a concepção heideggeriana sobre a existência humana era algo fundamental para se compreender os adoecimentos psíquicos. Diferentemente das orientações de Freud, que tem como princípio a análise dos sintomas, ou a fala do cliente, provocando uma desintegração do acontecimento em si, Heidegger propõe uma analítica, um retorno, à busca de sentido e de possibilidade. A analítica não conduz a uma desintegração do fenômeno, ela tece e destece, para libertar o sentido que possibilita o tecido, para vislumbrar o próprio tecer e re-tecer. (MATTAR, SÁ, 2008).

Na segunda metade do século XX, Medard Boss tem importante contribuição no desenvolvimento da Análise Fenomenológica Existencial. À luz da fenomenologia hermenêutica, começa a ganhar corpo o que viria a ser chamado *Daseinsanalyse*, a prática clínica fundamentada no pensamento heideggeriano (JARDIM, 2013, p.12). O desenvolvimento da *Daseinsanalyse* proporcionou a construção de uma prática clínica que não derivasse da concepção de sujeito da Psicologia tradicional.

A amizade de Boss e o relacionamento constante com Heidegger favoreceu o surgimento da obra *Seminários de Zollikon*, que foi um marco importante para se compreenderem as diversas nuances do pensamento heideggeriano e sua aproximação com a possibilidade de construção de uma prática clínica. *Seminários de Zollikon* é o nome de uma compilação de cartas e seminários proferidos por Heidegger, entre os anos de 1959 e 1969, a psiquiatras e estudantes.

No Brasil, Boss também teve uma participação importante para o desenvolvimento dos estudos em fenomenologia e *Daseinsanalyse*. Psiquiatra suíço, mas com vínculos familiares no Brasil, Boss esteve presente em diversos momentos entre os anos de 1970 e 1980, acompanhando de perto os trabalhos aqui realizados.

A contribuição de Boss foi fundamental para a *Daseinsanalyse*, em *Introdução à medicina psicossomática*, de 1959, o médico suíço afirma que a presença humana não se limita ao espaço ocupado pelo corpo. A corporeidade é uma das esferas do nosso ser, nela se atualiza a existência humana, que engloba os fenômenos do “corpo” e da “alma”, do somático e do psíquico. Embora, diferentes, ambos constituem aspectos de uma mesma estrutura originária que é a existência humana, o modo de ser do homem, isto é, o *Dasein* ou ser-aí. (FEIJOO, MATTAR, 2015) E em *Angústia, Culpa e Libertação: um ensaio sobre a psicanálise existencial* (1988), Boss destrói a ideia de psiquismo e fala dos temas da angústia

e culpa do ponto de vista ontológico e existencial. Contribuições preciosas para a construção da Daseinsanalyse.

Com a publicação da maior parte dos textos inéditos, conferências e cursos deixados pelo filósofo, o cenário mundial de estudos do pensamento heideggeriano tem se apresentado ascendente e com novo fôlego. Por muitos anos, a *Daseinsanalyse* foi pensada prioritariamente no contexto da analítica existencial do ser-aí, presente em *Ser e Tempo*. O fato é que Boss e Binswanger iniciaram a proposta clínica da Daseinsanálise, entretanto, ambos haviam migrado da psicanálise, e ainda mantiveram elementos de uma psicodinâmica psicanalítica. E esses elementos ainda apresentam aspectos contraditórios com a hermenêutica heideggeriana. De acordo com Feijoo (2011),

(...) o próprio Heidegger não reconheceu em Binswanger elementos suficientemente embasados, principalmente com relação às teorizações acerca do amor, que caracterizassem uma *Análise do Dasein*. "Medard Boss (1954) parece que ainda guarda em sua daseinsanálise elementos elaborados por Binswanger, como, por exemplo, a importância das relações de amor para alcançar a libertação" (FEIJOO apud FEIJOO, 2011, p. 72).

Além disso, no Brasil, grupos de estudos se destacaram na construção dessas trilhas de conhecimento, que se fortaleceram e ampliaram a discussão sobre a fenomenologia. Apesar de que, segundo Feijoo (2012), "durante todo o intervalo de 1940 até os dias de hoje encontramos raríssimos trabalhos de pesquisa nessa perspectiva". Entretanto, as recentes publicações em português de diversos textos de Heidegger, e outros autores relacionados com a temática da fenomenologia, têm provocado uma maior visibilidade e popularização da discussão sobre o tema, que ainda engatinha frente a outros olhares da Psicologia.

O pensamento de Heidegger contribui para pensar o mundo atual com suas crises e dilemas, bem como oferece caminhos para conjecturar as problemáticas do mundo moderno, marcado pela técnica e desenraizamento do homem no seu tempo.

O contemporâneo se constitui pela dualidade: de um lado as promessas de felicidade, beleza, e liberdade relacionadas às descobertas científicas e tecnológicas; de outro um temor quanto ao futuro, caracterizado pelo controle da vida social, pela multiplicidade das fragilidades sociais e das guerras, pela intensificação da violência cotidiana e pela desertificação da natureza. Esse contexto, narrado por Duarte (2010), caracteriza a superficialidade em que, habitualmente, se vive diante do próprio tempo e assinala a dinâmica de valorização da vida, seguida por uma atitude de depreciação e descarte dessa mesma vida.

Nesse caminho de críticas do presente, o dialogar com o pensamento de Heidegger, segundo Giacoia Jr. (2013, p.13), questiona "o que estamos fazendo de nós mesmos, em um

tempo em que só as mutações são permanentes”. O que o autor propõe é um alerta quanto à urgência do pensar com Heidegger, para interrogar o delírio de onipotência da contemporaneidade, assim como a compulsão pela técnica instrumental, a qual pode conduzir para uma expansão do mundo tecnológico em um tempo histórico que “beira a catástrofe”.

Populações vulneráveis socialmente sempre se fizeram presentes na sociedade, entretanto, num tempo em que o consumo e a produtividade legitimam sobre a concepção da busca pelo maior ganho ou resultado, os desfavorecidos, tem-se tornado cada vez maior o número de pessoas que vivem em situação de rua ou amparadas pelas fragilidades sociais. Uma das marcas do contemporâneo é justamente a desigualdade e a exclusão, temas que serão abordados posteriormente.

Na contemporaneidade, o projeto do homem é de um ideal de existência na busca da satisfação das sensações, de um novo contínuo, alicerçado no imediato. Neste sentido, o clamor da angústia vem trazer a “estranheza” do homem contemporâneo, a sinalização da finitude – nossa condição mais própria. Ao apontar a dimensão trágica da vida, também revela a dimensão de abertura do ser do homem, a condição de estar em jogo no tempo.

Pensar no fazer do psicólogo contemporâneo e na dimensão de mundo e suas urgências, desperta questionamentos quanto ao posicionamento desse profissional junto à população considerada vulnerável socialmente, formada pelo grupo populacional dos desqualificados sociais, vulneráveis, desprovidos economicamente, entre tantas outras classificações. População esta que, frequentemente, não tem acesso a cuidados, tanto no âmbito público quanto no privado, na tentativa de buscar respostas para as mais variadas demandas.

Para a compreensão mais abrangente e preparação para as discussões seguintes, despertando, assim, um diálogo entre o mundo contemporâneo e o pensamento heideggeriano, abordar-se-ão as concepções de homem e de mundo trazidas em sua “Analítica Existencial”.

Este trabalho interessa a profissionais, que reconhecem na filosofia um suporte para a construção da sua prática clínica, baseada não na razão técnico-científico, mas na razão prática de sua singularidade. O singular não se refere ao indivíduo, mas à construção do horizonte histórico que o *Dasein* se reconhece. É o ser na sua condição de estar no mundo, no social.

No primeiro capítulo, serão apresentados um passeio sobre o pensamento de Heidegger, para, então, dissertar de forma breve sobre os fundamentos que alicerçam o pensamento do filósofo, a estrutura do ser-aí e a constituição do ser-no-mundo na cotidianidade, para, assim, adentrar nas questões que perpassam a existência do ser no mundo

contemporâneo, através da questão da técnica e da serenidade, temas que auxiliarão na construção dos pressupostos da Análise Existencial.

Ao se discutir a questão da técnica, pretende-se, portanto, compreender como o predomínio de um mundo a partir do olhar científico convoca o homem a estabelecer um relacionamento *explorador* e *controlador* com a natureza. Segundo Heidegger, o pensamento e o comportamento humano encontram-se, na modernidade, gradativamente identificados com os procedimentos técnicos que, ao mesmo tempo em que favorecem um âmbito de possibilidades ao homem, também limitam a compreensão de si mesmo e do mundo no qual está inserido.

O segundo capítulo tem por intenção apresentar a atuação da psicologia no âmbito da clínica, e a inserção dos psicólogos junto às políticas públicas, como forma de provocar uma reflexão sobre os acontecimentos históricos da construção da prática clínica em psicologia. Desta forma, demarcaremos a existência de uma clínica fenomenológica e seus modos de atuação, que tal como uma clareira numa floresta, pode se tornar como um frescor diante das doutrinações impostas pela psicologia moderna. Em seguida, contextualizaremos a política pública, que tem por princípio a atenção à população em situação de rua, mais especificamente à Política Nacional para a População em Situação de Rua. Encontrando-se, assim, uma possibilidade de se conversar com o contemporâneo, que hoje apresenta-se marcado por fenômenos subordinados a uma apreciação técnico-científica.

O terceiro capítulo tem o intuito de auxiliar a compreender o que pensam e fazem os psicólogos no que se refere ao atendimento do grupo populacional nomeado como população de rua e afins. Assim, o convite maior é pensar justamente como a Psicologia se posiciona frente a esse grupo populacional. E principalmente, os desafios enfrentados pelos psicólogos que hoje atuam junto à população em situação de rua e afins. População esta reconhecida como uma ferida aberta nas cidades, denunciando as fragilidades da própria sociedade.

Descortinar os aspectos que envolvem os viventes em situação de rua é quebrar paradigmas e superar preconceitos. A vida nas ruas não se resume apenas à extrema limitação de renda, mas origina-se a partir de um intrincado processo de exclusão que caracteriza a sociedade capitalista.

Desta forma, a questão que permeia esse trabalho é: como se dá atuação do psicólogo diante de uma prática clínica que tem como prioridade uma população excluída socialmente, marginalizada historicamente?

A singularidade do ser não pode fugir do horizonte da prática do psicólogo. Portanto, as propostas de atendimento precisam ser construídas levando-se em conta as tonalidades

afetivas que se apresentam. É um abrir clareiras, como forma de despertar aquilo que lhe é mais próprio.

## CAPÍTULO I - A PSICOLOGIA, A FENOMENOLOGIA E O CONTEMPORÂNEO

### 1.1 Um passeio pelo pensamento de Heidegger

“Dá mau apreço ao mestre o aluno que sempre permanece aluno” (NIETZSCHE, 1994, p.92)

Heidegger cuidadosamente esteve atento às influências teóricas que lhe favoreceram na construção de sua obra maior. Nomes como Immanuel Kant (1724-1804), Wilhelm Dilthey (1833-1911), Brentano (1838-1917), Edmund Husserl (1859-1938) e outros sempre estiveram presentes até mesmo como forma de superação.

A radicalidade de seu pensamento filosófico influenciou toda uma geração de figuras absolutamente decisivas para a construção de novos padrões atuais de reflexão, assim como despertou as reações mais belicosas entre os opositores. A filosofia política de Hannah Arendt (1906-1975), a hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer (1900-2002), a linguagem como constituinte do sujeito e reveladora da verdade em relação ao desejo, de Jacques Lacan (1901-1981), e o projeto desconstrucionista de Jacques Derrida (1930-2004) são apenas exemplos de uma tal influência que não se equivalem nem se subordinam, como também não apresentam uma continuidade do pensamento de Heidegger.

Em 1927, Heidegger, em sua obra principal, *Ser e Tempo (Sein und Zeit)*, propõe um novo sentido à filosofia, o de procurar investigar possibilidades outras de se pensar o sentido do ser. Pretende afastar-se das concepções metafísicas, de um sujeito nuclear que pressupõe uma interioridade em contraposição ao exterior. Ao iniciar a investigação sobre o sentido do ser, que se perdeu na modernidade, ele começa pela Analítica do ser-aí (*Dasein*<sup>1</sup>), que é o modo de ser do homem, único ente que se constitui na correspondência com o ser, que é por ele interpelado.

O discurso de Heidegger acerca do sentido do ser tem como base a fenomenologia husserliana, que se desvia da concepção de consciência interiorizada e substancializada, tomando-a em sua imanência, portanto atividade, abrindo espaço para a compreensão heideggeriana do ser enquanto abertura, denominado de ser-aí, que se constitui apenas pelo caráter de poder ser e se determina como ente sempre a partir de uma possibilidade que se

---

<sup>1</sup> O termo alemão "*Dasein*" é composto pela partícula "*Da*" que, entre outras coisas, significa "lá" e "aí" e pelo verbo "*Sein*" (ser). "*Dasein*" significa "ser-aí" um ente que está presente. Heidegger emprega *Dasein* para definir a existência como o ser dos homens. Um ser de abertura, possibilidades. Para tanto, utilizam-se neste trabalho os termos ser-aí, *Dasein*, presença, como possibilidades de se apresentar o ser.

apresenta como um modo de ser. “Como um ente deste ser, a presença (ser-aí, o Dasein) se entrega à responsabilidade de assumir seu próprio ser” (HEIDEGGER, 2007, p. 85).

### *1.1.1 A estrutura do ser-aí*

“A essência da presença está em sua existência”

Heidegger em *Ser e Tempo*, especificamente no parágrafo 9, amplia a discussão sobre o ser-aí, o Dasein. O filósofo descreve o ser-aí, desde o princípio, como um ser capaz de interrogar o ser, como o ente privilegiado tanto ôntica quanto ontologicamente. O ser-aí, no seu caráter de abertura, é um nada, é sempre possibilidades, que se entificam em modos de ser e determinações que corroboram com sua condição de ser impróprio, diante da sua medianidade, ou seja, da sua indiferença cotidiana do existir.

O pensamento de Heidegger acerca do ser-aí pode, à primeira vista, parecer inconsistente, contraditório, quando apresentado numa sociedade tecnocrata, na qual muitas vezes se é convidado a compreender o encadeamento lógico e causal que determina e explica o modo de cada um se comportar no mundo. É compreender que o ser-aí não precisa ser identificável, porque ele será sempre uma possibilidade. É aceitar o homem em seu caráter ôntico, entificado em forma e sentido, sem nenhuma teorização, *a priori*, que justifique sua condição de existente.

[...] o ser-aí é um ente marcado pelo caráter modal da possibilidade, ele não possui nenhuma propriedade simplesmente subsistente e não pode ser, em consequência, determinado em sua quiddidade específica. À pergunta “o que é o ser-aí?” precisamos imediatamente responder com o termo nada. O ser-aí não é coisa nenhuma que pudesse ser determinada em sua quiddidade, mas um poder-ser, que incessantemente conquista a si mesmo em sua dinâmica existencial (CASANOVA, 2006, p. 17).

O ser-aí se apresenta como o modo de ser do homem e tem a estrutura de ser-no-mundo. Ao surgir, o ser-aí encontra um mundo em uma totalidade de significados. O mundo entra e revela o ser. A existência, ao mesmo tempo em que se define por sua nadaidade, logo, sem nenhuma propriedade que a determine, a princípio, destina-se obrigatoriamente a ter de ser para conquistar o seu ser. O ser-aí se apresenta em possibilidades. Para Heidegger, o mundo é o campo e o espaço de constituição do eu, em que o ser se apresenta como mundo. Os demais entes são pobres de mundo, estão simplesmente no mundo, são intramundanos.

O *aí*, em *Ser e tempo*, não significa um lugar para um ente, mas sugere abertura na qual o ente pode se manifestar para o homem, inclusive ele próprio para si mesmo. O

encontro de um ser-aí com outro, se coloca como um aí compartilhado. Esse encontro é mais originário e se dá ontologicamente.

Conforme dito em *Introdução à filosofia* (1920/2009a), texto onde o filósofo nos convida à participação na vida da filosofia, fica explícito o intuito de Heidegger em fazer uso do termo Dasein para anunciar a concepção do homem.

Ao se valer desse termo (*Dasein*) para uma tal concepção, Heidegger tem primordialmente em vista a explicação do homem como um ente que conquista todas as suas determinações essenciais a partir das relações e somente a partir das relações que respectivamente experimenta com o espaço de realização de sua existência. É somente por intermédio do descerramento do mundo que o homem encontra a si mesmo como Dasein. (HEIDEGGER, 2008, p. XVII)

Na prática clínica, a relação que se apresenta é ôntica, é um aí compartilhado, entre terapeuta e paciente. A Análise Fenomenológica Existencial cria um lugar aberto de manifestações e de compreensão, onde paciente e terapeuta são tocados pelo encontro.

O caráter de abertura do ser-aí é como uma clareira (*Lichtung*) no interior da qual coisas podem se mostrar. De acordo com Jardim (2013, p. 53), para Heidegger, essa clareira somente pode ser constituída como espaço livre e aberto para as coisas se mostrarem porque, existencialmente, o ser-aí é a sua abertura (*Erschlossenheit*).

O homem, na condição de ser-no-mundo, se torna algo sempre indefinível, pois recairá sobre ele a ideia de poder-ser, que tornará o mundo uma possibilidade. O mundo e o ser-aí são co-origenários. Mas o ser como ser-aí não é um ser-no-mundo somente na condição de estar no mundo, num horizonte empírico, mas a sua existência o lança numa perspectiva que se apresenta pelas suas possibilidades ontológicas. Para Casanova (2006, p. 23) “toda concretização de si mesmo como poder-ser nasce, assim, em sintonia com o limite que o mundo é”.

O caráter de poder-ser do ser-aí supre a indeterminação imediata em que o ser-aí se encontra a partir do mundo: indeterminação ontológica fundamental. Eis aí o caráter tardio da constituição do ser-aí. Ao surgir, o ser-aí encontra, como já dito, um mundo em uma totalidade de significados. O mundo entra e revela o ser, é uma estrutura sedimentada, na qual o ser se organiza em possibilidades. Para Heidegger, o mundo é o campo e o espaço de constituição do eu, onde o ser é um ente no mundo, intramundano.

O ser-aí enquanto poder-ser tende a se entificar e precisa de uma base, de um apoio para se apresentar, porque, se ele for totalmente abertura, será um nada, e esse apoio é o

mundo, que dá base e condição para o ser se apresentar. As identificações ou categorizações só são possíveis quando o ser se percebe na relação com o mundo. A problematização da relação entre ser e ente se estabelecerá a partir da facticidade, uma vez que se apresenta pela articulação entre conhecimento, verdade e vida singular. Segundo Casanova (2009), a filosofia baseada no pensamento heideggeriano surge a partir de uma dimensão existencial que buscará a harmonização entre a singularidade e as articulações com a unidade da totalidade em suas múltiplas vozes, através de uma dimensão científica. O que interessa a Heidegger é pensar a positividade da filosofia em sintonia com a vitalidade do processo histórico, no interior do qual o pensamento filosófico já sempre se apresenta, se reconhece e se movimenta.

Heidegger (2008, p. 346) afirma que “o aí é aquele ente ao qual é essencialmente permitido ser como ele pode ser. O ser si mesmo é doação prévia e tarefa porque justamente ao ser-aí pertence a compreensão de ser”. É tarefa e possibilidade e não pode se esquivar disso, mas precisa sempre, e a cada vez, de um modo ou de outro, chegar a um fim com elas.

A hermenêutica heideggeriana pressupõe que a compreensão é anterior ao processo de interpretação. A compreensão é que determina o horizonte no qual o ser vai se relacionar. A compreensão reflete exatamente a capacidade do ser de se projetar no campo da facticidade, no campo existencial em virtude da significância, numa totalidade de significado a partir da relação do ser com o mundo. Da mesma forma que se precisa de significado, precisa-se de sentido, e ambos operacionalizarão o projeto existencial, que se caracteriza pela relação do ser com os entes intramundanos. A base desse ser-no-mundo será determinada pela compreensão do ser enquanto ser-com, em que o mundo é sempre mundo compartilhado com os outros, é ser-em como a condição de ser si mesmo, é ser-com os outros.

O ser-aí jamais está essencialmente isolado do ente e, assim, apenas entregue “a” ele. Ao contrário, como ser-aí, ele se encontra em meio ao ente. O Dasein é inteiramente permeado pelo ente ao qual ele é entregue. O ser-aí é jogado no ente. Para Heidegger nós sempre somos, a cada vez, afinados de um modo e de outro, e as tonalidades afetivas transpassam radicalmente a convivência como um todo e traz à tona, assim, o mundo fático no qual o ser-aí se acha sempre imerso.

### ***1.1.2 Ser-no-mundo cotidiano***

“São tempos existencialmente difíceis estes que nos coube vivenciar”

É fundamental se esclarecer o ser-no-mundo enquanto mundo. Para isso, Heidegger propõe descrever o mundo como fenômeno, partindo de tudo o que se dá nele: as coisas em si, plantas, animais, homens..., facilitando, assim, a visualização do que é o ente dentro do mundo. Essa é uma visão ôntica, centrada nos entes já determinados. Assim, o que se almeja é revelar o ser dos entes que se dão no mundo.

Sobre entes intramundanos ou mundanidade, refere-se à característica existencial do viver, e nela se fundamentam as várias maneiras específicas de se viver, às quais se podem chamar de o “mundo do artista, o “mundo do técnico”, o “mundo do estudante”, etc.

A análise da mundanidade do mundo permite constantemente que o todo do fenômeno ser-no-mundo apareça, sem que todos os fenômenos constitutivos tenham a mesma clareza que o próprio fenômeno de mundo. Conforme dito anteriormente, o ser-aí não só é e está no mundo, mas também se relaciona com o mundo, conforme um modo de ser predominante.

O “sujeito” da cotidianidade, o impessoal, surge como modos de ser do ser-aí. É a fusão do modo de ser cotidiano de si-mesmo e ser-com, é o quem da presença. Para Heidegger:

O modo de ser que surge no mundo e, com isso, o ser-em que lhe serve de base definiram de modo essencial o fenômeno que agora procuramos investigar com a pergunta – quem é a presença na cotidianidade? Todas as estruturas de ser da presença, e também o fenômeno que responde à pergunta quem, são modos de seu ser (HEIDEGGER, 2007, p. 169).

O ser-aí na cotidianidade não se relaciona apenas com os entes intramundanos, relaciona-se, também, com entes cujo modo de ser é existência. Como ser-no-mundo, o ser-aí é ser-com, por isso, não pode ser compreendido como um ser único, subjetivo e isolado no meio intramundano, ele é ser-com os outros, é coexistência. Mas isso não é indicativo de que o outro se apresente como algo externo. Na realidade, o outro, de início e na maior parte das vezes, não se distingue enquanto ser-aí, que sempre existirá na sua relação com o outro, mas sempre numa relação ser-com. O ser-aí, como abertura, encontra-se numa preocupação com a coexistência. Preocupar-se é estar solícito, é cuidar. Independentemente das solicitações de afetos, que podem ser positivas ou negativas, a preocupação sempre se apresentará como modo de ser da presença, refletindo, assim, seu modo próprio ou impróprio de ser. A correlação do ser-aí com os outros não os transforma em simples dados, mas os transforma no modo impessoal de se relacionar.

O encontro com *os outros* se orienta segundo o próprio ser-aí. Isso não quer dizer que o que se apresenta é o isolamento do eu. Significa, portanto, que os outros são aqueles dos

quais, na maior parte das vezes, não se consegue diferenciar, são aqueles entre os quais também se está.

O encontro com outros não se dá numa apreensão prévia em que um sujeito, de início já simplesmente dado, se distingue dos demais sujeitos, nem numa visão primeira de si onde então se estabelece o referencial da diferença. Eles vêm ao encontro a partir do mundo em que a presença se mantém, de modo essencial, empenhada em ocupações guiadas por uma circunvisão (HEIDEGGER, 2007, p. 175).

Circunvisão (*umsicht*) é um tipo de visão, próprio do modo de lidar com os instrumentos. É o modo como lidamos com o cotidiano, o modo como somos guiados em nossas ocupações. Ou seja, o ser está sempre *dis-posto* no mundo, sempre colocado como presença, à medida que está sempre se ocupando e tomando as coisas para si. Este ocupar-se é guiado pela circunvisão que possibilita conhecer e reconhecer a instrumentalização das coisas, o modo de usar, de manusear os instrumentos que se utilizam nas ocupações cotidianas.

É através da circunvisão que se descobre o “manual”, ou seja:

(...) uma visão do conjunto que abrange o material, o usuário, o uso e a obra. Contudo, a circunvisão não nos permite compreender como se dá o enraizamento ontológico do manual. Ela (a circunvisão) só nos permite compreender (ver) a teia de remissões, desde a qual se torna possível usar o instrumento (SOUSA, 2006).

O ocupar-se não é suficiente para caracterizar plenamente o ser no mundo. Outros modos de ser-em apreendem melhor, onticamente, o modo de ser no mundo. Esse mundo é compartilhado e não as tonalidades afetivas, ou seja, o mundo é meu mundo, porque ninguém sente ou o presente por mim. O mundo do ser-aí é meu mundo, mas também mundo com os outros.

Considerar o ser apenas pela ocupação ou instrumentalização é substanciá-lo, estagnando-o às possibilidades do seu existir. Esses são modos da preocupação, do cuidado, que é condição de possibilidades de todos os modos ônticos pelos quais nos relacionamos com o outro. Indiferença, violência, desinteresse ou afeto, gentileza etc. são todos modos de cuidado.

Isso é o que ocorre, na maioria das vezes, com as determinações feitas a partir das populações classificadas como excluídas. São nomeações que retratam os modos de preocupação.

Importante ressaltar que Heidegger, em sua empreitada, realizou primeiramente uma analítica do ser-aí, do Dasein, uma vez que o filósofo tinha como preocupação a questão do sentido Ser, e seu esquecimento por parte da Filosofia.

E ao questionar o sentido do ser, Heidegger evoca o processo de constituição ontológica do homem, ou seja, anuncia àquilo que o constitui como homem. O termo ontológico refere-se, então, ao ser, ao que lhe é essencial, o ser do homem, e o define dos outros entes. É a essência do ser.

E no que diz respeito à constituição do homem enquanto homem, ele é o único ente que tem a possibilidade de abertura ao ser, ou seja, sendo o único ente que fala e se interroga sobre si e o mundo que o cerca, sendo, portanto, o ente que possui consciência de sua existência.

Ao realizar a analítica do Dasein, Heidegger empreendeu primeiramente uma tentativa de abarcar esse mundo. Uma vez que, já de todo o sempre, o Dasein está lançado num mundo que não foi escolhido por ele mesmo, o qual está submetido às contingências sociais, políticas, culturais e históricas. Mundo este composto de entes que tem modos singulares de ser, outros Dasein. Assim, o ser-aí é um ser-no-mundo e um ser-no-mundo-com-os-outros, sendo esta a sua facticidade básica.

O ser-aí não existe por causa do mundo ou o mundo por sua causa, mas já se encontra num mundo, como parte essencial de sua existência, portanto, ser-no-mundo. Esse conceito é ontológico na medida em que significa a estrutura de um momento constitutivo do ser-no-mundo.

Outro tema importante, proposto por Heidegger, e que auxiliará na compreensão dessas fragilidades é o entendimento do mundo a partir da *era da técnica*.

### ***1.1.3 A questão da técnica***

Heidegger, em 1953, proferiu uma conferência na Escola Técnica Superior (*Technische Hochschule*), em Munique, sob o título A questão da técnica (*Die Fragenach der Technik*), que tinha como objetivo refletir sobre a técnica no contemporâneo, percorrendo um caminho que permita um encontro mais livre com a essência da técnica. A intenção de sua reflexão só será possível, meditando sobre as representações da técnica moderna, despertando-se à essência que a rege.

Ao recolocar em jogo a questão da técnica, o filósofo convida a compreender que a técnica moderna não é apenas um saber voluntariamente apreendido, mas um desvelamento do horizonte histórico dos sentidos ao qual o homem corresponde, de forma mais intensa ou não, à medida que mantém a ilusão do que o produz e controla. O que Heidegger propõe é questionar a técnica em sua essência, para que se possa, então, estabelecer uma relação livre

com a técnica, experimentando-a, não necessariamente aceitando-a incondicionalmente nem a rejeitando ou negando-a, nem se mantendo alheio a ela.

Questionar a técnica significa, portanto, perguntar o que ela é. (HEIDEGGER, 2006, p. 12). Desta forma, a compreensão sobre a técnica perpassa a ideia que ela é um meio para um fim e é uma atividade do homem, e ambas essas determinações perpassam reciprocamente uma à outra. Estabelecendo, portanto, a determinação instrumental e antropológica da técnica, que não se limita a ser apenas um meio, mas uma forma de desencobrimento, da verdade.

Heidegger pretende, então, diferenciar a técnica de sua essência, o que significa dizer que elas não coincidem, isto é, que a essência da técnica não possui, ela mesma, absolutamente nada de técnico. Heidegger quer meditar sobre a essência da técnica moderna a fim de estabelecer com ela uma relação mais livre. Parte das determinações instrumental e antropológica da técnica moderna para mostrar que estas não estão erradas, mas não deixam ver a essência da técnica.

Na intenção de refletir sobre a técnica, Heidegger retorna à sua origem, ele medita. Essa é outra reflexão que o filósofo coloca em cena, pensamento calculante e meditante, alertando para o perigo a que a humanidade se expõe, quando se volta totalmente para o pensamento que calcula e se esquece do pensamento que medita (FEIJOO, 2004).

Para Heidegger, uma das características da modernidade é a abdicação do pensamento meditante, prevalecendo o pensamento calculante, que remete à razão como perfeição, considerando que, assim, ele, o homem, pode prever e controlar tudo à sua volta. O cálculo torna o homem calculante, representacional. Mas não cabe aqui julgarmos se um ou outro modo de ser está correto ou não, e nem essa era a intenção do filósofo, uma vez que simplesmente revelam modos de ser.

Entretanto, a prevalência do pensamento calculante implica numa crítica ao meditar, considerado assim, como superficial, como se essa forma de pensar não traduzisse a realidade, não tendo, portanto, nenhuma utilidade de caráter prático. Mas é uma forma de ser. Sustentado pelo pensamento cartesiano, o meditar passa a ser insignificante ante o pensamento calculante. Meditar não é apenas um modo de pensar, mas busca pela essência do homem.

Meditar, para Heidegger, requer grande esforço, um engajar-se, é um estar em correspondência ao ser. Meditar implica se reconhecer diante das coisas e refletir sobre elas, mesmo que, num primeiro momento, elas pareçam inconciliáveis. Entretanto, é importante considerar que o filósofo, ao colocar a técnica em questão, não a está rejeitando ou mesmo criticando-a.

Para Heidegger, a contemporaneidade dispõe num convite para compreendermos o mundo tomado pela técnica, acreditando-se ter o controle sobre o cotidiano. Com comportamentos medianos, permanece a ideia de que se é determinado, agindo de forma a acreditar que a vida pertence a quem a vive e que nada pode ameaçar a existência. E, quando o incontrolável e o indeterminado assolam o ser, este recorre à tutela do impessoal como forma de esquecimento de si.

Resumidamente, essa diferença se dá no mundo a partir da estrutura existencial do ser-aí, do Dasein, quando se reconhece que o ser é e sempre será um ser de abertura, ou, porque não dizer, impossível de se definir, de se determinar, mas que, na sua relação com o mundo, se estabelece como entes nomeados e objetivados.

Na história ocidental, tal esquecimento baseia-se no fato de toda a filosofia insistir em um questionamento que visa o ser enquanto ser do ente, sempre refugando o ser em favor do ente, melhor dizendo, sempre rotulando o ser como fundamento para o ente. O ser sempre foi visto a partir do ente, ou seja, determinado onticamente. Assim, ocorre uma entificação do ser, o que se esquece nesse modo de investigar que caracteriza a metafísica tradicional é a diferença entre ser e ente. Contudo, é pelo espaço aberto pela própria diferença ontológica que se possibilita o esquecimento do ser, ou seja, a instauração da metafísica e o seu modo incompleto de tratar o ser. É justamente pela diferença entre ser e ente que se dá o retraimento do primeiro, favorecendo o segundo, ou seja, o esquecimento também é o esquecimento da retração do ser.

Ao questionar a técnica, o filósofo coloca em evidência o esquecimento que se dá diante da técnica, e de tudo que é técnico, fazendo com que esse esquecimento tampona o desvelamento e a verdade do ser. Para Heidegger, a técnica não implica nos instrumentos tecnológicos e seus usos; antes, porém, deve ser compreendida como aquilo que permite a confecção de tais instrumentos e como se lidar com eles.

A era da técnica reflete o que se vive hoje, e isso indica que a técnica domina todas as relações do homem no cotidiano, remetendo assim, o modo de ser do homem. A técnica domina, mesmo que de forma invisível, as mais íntimas práticas cotidianas, mesmo quando não são reconhecidas de forma explícita. Ela tende a intervir no modo de ser.

A técnica moderna não esteve sempre presente. No mundo grego pré-socrático o modo de correspondência ao ser era outro. Não era uma intervenção nem uma provocação. Era uma co-participação no desvelamento, *aletheia*.

A técnica moderna, assim como a *téchne* grega, é um modo de desvelamento de sentido dos entes, um modo da poiesis, mas se afasta da *téchne* grega porque provoca o real a desvelar-se como fundo de reserva, disponível ao uso e exploração. Heidegger marca a diferença entre a *téchne* grega e a técnica moderna, mostrando que há uma mudança no horizonte histórico a partir da modernidade, onde tudo tem que ter um para que e onde a causa eficiente é enfatizada, em detrimento das demais causas aristotélicas. O próprio homem é desafiado a desvelar-se como recurso, disponibilidade. A técnica é um modo de produção de verdade que restringe o desvelamento.

Na Antiguidade, a *téchne* era um modo de intervenção produtora, criativa. O artesão, então, produzia seus objetos, mas não no sentido restrito do fazer. Na realidade, a produção de algo era fruto da reunião de determinados meios, de conhecimento sobre algo. A *téchne* era uma espécie de episteme. O artesão sabia fazer bem algo, ele dominava todo o processo, por isso, hoje se diz que a *téchne* é a arte do saber-fazer.

Se, na Antiguidade, a técnica estava relacionada com as quatro causas anunciadas por Aristóteles, material, formal, final e eficiente na modernidade essas causas sofreram alterações e foram ressignificadas. Dessa forma, o artesão na Antiguidade realizava seu trabalho a partir de um conhecimento, a causa do seu fazer não tinha a dimensão do efeito final, ela (a causa) estava submetida à episteme daquele fazer. Conforme os exemplos anunciados por Heidegger, o agricultor, ao plantar, faz com que apenas a semente se desvele, estimulando e propiciando meios para que isso aconteça. O médico não “causa” a doença, ele apenas contribui para a prevenção dela. Um escultor trabalha um pedaço de mármore para que este revele aquilo que, de algum modo, ele pode ser.

É compreensível que todos esses desvelamentos só são possíveis com a contribuição do homem, mas eles não ocorrem decisivamente por causa do homem. “Assim, a diferença fundamental entre a compreensão da causalidade por Aristóteles e a nossa compreensão corrente da mesma (*sic*) está na diferença entre criação e imposição, permitir e coagir, proteção e compulsão” (ROJCEWICZ, 2006, p.18)

A técnica moderna é o próprio desenvolvimento da técnica antiga, o que significa que a técnica moderna estava implícita na *téchne*, apesar das consideráveis diferenças entre elas. A técnica, independentemente de seu tempo, sempre será um modo de produção, de desvelamento, mesmo com suas características próprias. Entretanto, na Antiguidade, o homem não desafiava a natureza, apenas confiava nela e colhia os seus frutos. Hoje, a tecnologia permite imposições sobre a natureza, buscam-se modificações genéticas dos alimentos para, principalmente, se obter um aumento na produtividade.

É fácil perceber a diferença entre esses dois momentos da história. Todavia, pode-se, ainda assim, buscar algo que permita a aproximação entre a antiguidade e a modernidade. Ambas, tanto a *téchne* quanto a tecnologia moderna, se propõem a um modo de desencobrimento, ou seja, de verdade, mesmo diante as suas diferenças. Os entes, nas duas fases do tempo, se revelam tecnicamente e o homem os compreende nas suas tarefas e ocupações, sustentando seu desencobrimento. O interessante é pensar que, em nenhum dos casos, o fazer técnico está colocado pelos instrumentos ou pelo uso que o homem faz deles.

Tanto o artesão quanto os especialistas modernos foram tomados pela técnica, no sentido de que os entes foram desvelados de um modo determinado historicamente. Seja ontem ou hoje, o que se faz é técnica, que corresponde à história do ser ou do acontecimento da verdade do ser. Mas, que na modernidade provou o real a se mostrar como fato de reserva. O homem como disponibilidade. Assim, a essência da técnica não é nada técnica, é um desvelamento.

Portanto, para a época moderna, o modo de ser dos entes é “objetividade”, ou seja, estar posto por e para um sujeito, uma vez que, na era da técnica, o ser dos entes é a “disponibilidade”. Hoje, tudo está posto no horizonte histórico como utilizável, disponível. Para se alcançar a essência da técnica moderna, é necessário se estabelecer uma relação livre com ela.

A essência da técnica moderna é anunciada por Heidegger como *Gestell*, palavra alemã que designa esse modo de desvelamento e, portanto, é um modo de desvelamento através do qual as coisas vêm a ser. O mundo é compreendido como um horizonte histórico de articulação de sentido.

Sá (2002) cita Heidegger:

*Gestell*: assim nós chamamos aquilo que reúne essa interpretação (*Stellen*) que convoca o homem, isto é, que o pro-voca a desvelar o real como fundo (*Bestand*) no modo do requisitar (*bestellen*). Assim nós chamamos o modo de desvelamento que dirige a essência da técnica moderna e que não é, ele mesmo, nada de técnico”.

*Gestell* não é algo prescindido pelo homem, é algo que surge no desvelamento, no destino. Destino como caminho, como direção, como apontamento. Traduzido como armação, consiste no modo pelo qual a realidade se desvela como subsistência. A realidade desvelada pelo por que desafia, passa a ser dominada e não mais surpreenderá o homem, pois, assim abarcada, tudo será colocado em segurança e em uma direção previamente determinada. É na armação que o perigo se apresenta. Perigo pela perda da liberdade frente aos dispositivos técnicos. As determinações impostas no destino e criadas pelo próprio homem.

A ameaça, que pesa sobre o homem, não vem, em primeiro lugar, das máquinas e equipamentos técnicos, cuja ação pode ser eventualmente mortífera. A ameaça, propriamente dita, já atingiu a essência do homem. O predomínio da com-posição (*sic*) (*Gestell*) arrasta consigo a possibilidade ameaçadora de se poder vetar ao homem voltar-se para um desencobrimento mais originário e fazer assim a experiência de uma verdade mais inaugural (HEIDEGGER, 200, p. 31).

Seguindo sobre o perigo das determinações, Heidegger (2006) cita Höderlin:

Assim, pois, onde reina a com-posição, reina, em grau extremo, o perigo:  
 “Ora, onde mora o perigo  
 É lá que também cresce  
 o que salva”.

“Salvar” é chegar à essência, a fim de fazê-la aparecer em seu próprio brilho. A essência da técnica mantém o homem no espaço livre do destino, no desencobrimento. O destino não o prende numa coação obtusa, que o forçaria a uma entrega cega à técnica ou, o que dá no mesmo, a se arremeter desesperadamente contra a técnica e condená-la como obra maléfica. Ao contrário, despertando-se para a essência da técnica, encontra-se, de repente, tomado por um apelo de libertação.

O desvelar da verdade surge como algo que “salva”. Heidegger denominou *Ereignis* referindo-se à experiência do ser enquanto acontecimento. É um apropriar-se do desvelar da verdade, permitindo ao homem contemplar a mais elevada dignidade de seu ser e, assim, restabelecer-se, recuperar o sentido das coisas, enfim, salvar-se, na medida em que se reconhece em situação paradoxal do próprio existir.

Heidegger (2001) propõe a pensar que o pensamento que medita desperta no homem um modo imperativo que o retira da posição unilateral que o prende a uma representação, não continuando, assim, a permanecer com uma única percepção daquilo que o movimenta sempre em sentido único na direção de uma representação. O pensamento que medita exige que se ocupe daquilo que, à primeira vista, parece inconciliável. É permitir o desvelamento de novos olhares.

O imperativo da era da técnica convida-o a se manter apegado aos objetos e máquinas que expressamente tendem a facilitar a vida cotidiana, mas que também pode colocá-lo numa relação de dependência com os seus usos e processos. Mais uma vez importa salientar que em nenhum momento se está afirmando que essa relação é maléfica, como algo que domina o homem, mas é importante mostrar que em todo processo há sempre uma permissão do homem à relação que este estabelece com o mundo e as coisas.

A novidade da técnica moderna consiste em um desafiar que instala a natureza na condição de manancial de energia suscetível de ser extraída, armazenada e distribuída, de modo que o essencial não é o resultado objetivo determinado desse processo de conversão da natureza em estoque armazenável e permanentemente comutável. A configuração atual de nossas sociedades depende essencialmente da atualização do potencial tecnológico. Este constitui a mais determinante força produtiva na sociedade. A verdade da metafísica moderna é o domínio planetário da cibernética, a exploração tecnológica das galáxias (GIACÓIA JR, 2013, p.98).

Pensar o uso que se faz dos objetos é perceber a relação que se tem com eles. Podem-se utilizar os objetos técnicos e, no entanto, ao utilizá-los normalmente, permanecer ao mesmo tempo livres deles, de tal modo que se possa, a qualquer momento, interromper o seu uso ou até mesmo descartá-lo. Podem-se utilizar os objetos tal como eles precisam ser utilizados. Mas pode-se, simultaneamente, deixar esses objetos repousarem em si mesmos como algo que não interessa àquilo que se tem de mais íntimo e de mais próprio. Pode-se dizer *sim* à utilização dos objetos técnicos e, ao mesmo tempo, dizer *não*, impedindo-se que absorvam e, desse modo, verguem, confundam e, por fim, esgotem a natureza humana (*Wesen*) (HEIDEGGER, 2001, p.23).

Essa atitude do dizer sim e do não simultâneos em relação ao mundo técnico não implica em algo contraditório, mas evidencia a relação que se estabelece com o mundo, evidenciando-se sempre a condição de poder-ser do homem. Essa relação com o mundo técnico torna-se maravilhosamente simples e tranquila, e foi anunciada por Heidegger com uma palavra antiga — serenidade para com as coisas (*die Gelassenheit zu den Dingen*).

#### ***1.1.4 Serenidade***

Em 1955, durante a cerimônia comemorativa dos 100 anos de morte do compositor Conradin Kreutzer, Heidegger proferiu seu discurso sobre a Serenidade (*Gelassenheit*), acreditando ter encontrado, naquela ocasião, a oportunidade para realizar uma meditação. O seu discurso serviu de ensejo para se refletir sobre aquilo que, em sua essência, é mais próximo e caro ao homem: o sentido do ser. O autor desejava chamar a atenção para a “ausência de pensamentos”, característica do espírito da época contemporânea, sendo seu intuito, no entanto, trazer à tona a falta de apropriação do modo inautêntico da existência pelo qual se conduz a vida cotidiana, explicitando que, por meio desta, tem-se a impressão de tudo conhecer mesmo sem nunca ter sentido necessidade de refletir sobre o ser de cada coisa.

Serenidade surge como uma proposta à possível dominação de uma era em que o pensamento calculante tende a imperar. O que o filósofo propõe é uma saída para a

dominação de um modo alienante de se reconhecer diante do horizonte histórico no qual o homem se encontra.

Em *Serenidade*, Heidegger diferencia o cálculo do meditar, como modos de corresponder ao ser, de pensar, conforme dito anteriormente. Pensar é estar na correspondência ao Ser, portanto nosso modo de ser como *Daseins* é pensar. Este corresponder pode ser representacional e técnico ou meditante, dizendo sim e não à técnica moderna e deixando ser o que se mostra ao seu modo. Usar os instrumentos técnicos, mas deixá-los repousar no que eles são, é dizer sim; não confundir a própria essência com algo técnico é dizer não.

A ausência de pensamentos não significa renunciar ao pensamento por parte do *Dasein*, mas, antes de tudo, ressaltar o afastamento do ser-aí em relação ao seu modo próprio de ser e o esquecimento de sua pertença à dinâmica do desencobrimento. Antes de ser confundida com a simples negatividade da atividade espiritual humana, a ausência de pensamentos é compreendida muito mais como uma derivação “empobrecida” de um modo de ser originário e constitutivo do próprio ser-aí: a reflexão. Afirmar, na perspectiva heideggeriana, o empobrecimento do pensamento não pode significar, constatar sua ausência absoluta, haja vista que somente se pode empobrecer daquilo que, de alguma forma, já se dispõe. O que significa dizer, utilizando outras palavras, que o ser-aí apenas pode encontrar-se pobre em pensamentos uma vez que pensar já constitui originariamente o seu ser.

A ausência de pensamentos que Heidegger pretende destacar ocorre na contemporaneidade, envolta pela determinação da técnica, predominando como horizonte histórico de articulação de sentido, tanto no saber científico quanto na convivência cotidiana, o pensamento que calcula (*das rechnende Denken*).

Nos dias de hoje, verifica-se a crescente demanda pelo avanço das pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico – úteis e, até mesmo, necessários à vida moderna –, ainda que este mesmo avanço e desenvolvimento técnico-científico vincule-se ao fenômeno da ausência de pensamentos.

Mais uma vez, saliente-se que a crítica heideggeriana não configura uma oposição ao saber científico. Seria, portanto, equivocado pressupor que sua meditação se posicione contrariamente à ciência e à tecnologia. A serenidade do pensamento não pode ser confundida nunca com uma recusa ou oposição à técnica e à ciência modernas, mas significa, sobretudo, a possibilidade de se pensar historicamente, considerando-se o fundamento sobre o qual elas repousam.

Meditar sobre a serenidade surge em resposta ao perigo proveniente da época moderna que, segundo as análises heideggerianas, ameaça reduzir todo o pensamento à objetivação e à representação científicas, uma vez que, diante do comportamento dispositivo, a meditação sobre o ser é tão pouco conhecida e praticada, que se encontra em vias de sucumbir frente à hegemonia do cálculo e da representação. O cálculo, procedimento característico do pensamento científico, ganha novos contornos e pode ser explicitado com maior precisão através da seguinte passagem:

A sua particularidade consiste no facto de que, quando concebemos um plano, investigamos ou organizamos uma empresa, contamos sempre com condições prévias que consideramos em função do objectivo que pretendemos atingir. Contamos, antecipadamente, com determinados resultados. Este cálculo caracteriza todo o pensamento planificador e investigador. Este pensamento continua a ser um cálculo, mesmo que não opere com números, nem recorra à máquina de calcular, nem a um dispositivo para grandes cálculos. O pensamento que calcula (*das rechnende Denken*) faz cálculos. Faz cálculos com possibilidades continuamente novas, sempre com maiores perspectivas e simultaneamente mais económicas. O pensamento que calcula nunca para, nunca chega a meditar. O pensamento que calcula não é um pensamento que medita (*einbesinnliches Denken*), não é um pensamento que reflecte (*nachdenkt*) sobre o sentido que reina em tudo o que existe (HEIDEGGER, 2001, p. 13).

O pensamento calculante se caracteriza por ser um pensamento planificador e investigador, que conta sempre com modos de organização para alcançar determinados resultados, enquanto que o pensamento que medita, por sua vez, é a própria reflexão sobre o sentido do ser, detendo-se na investigação da própria experiência.

Entretanto, é importante salientar que, quando Heidegger desenvolve uma certa crítica acerca do cálculo, ele não procura privilegiar a meditação como sendo de alguma forma o pensamento superior ou mais importante. Ambas as modalidades do pensamento — o cálculo e a meditação — são consideradas legítimas e necessárias cada qual à sua maneira; sendo assim, o discurso sobre a serenidade procura manter disposta a reflexão sobre suas diferentes modalidades.

Heidegger enfatiza o pensamento meditante em sua conferência porque acredita que este se ausenta com maior frequência na época atual, muito embora sua alternativa não represente nenhum julgamento de valor. O empenho dedicado à meditação se justifica por esta surgir muito menos espontaneamente do que o cálculo, por isso requerendo treino e esforços prolongados.

O pensamento calculante tende a ser o que predomina e é o modo mais admitido e praticado do pensar, mesmo que este não seja a única possibilidade, uma vez que a reflexão constitui originariamente o ser do Dasein.

A meditação desperta uma possibilidade originária do Dasein ao refletir sobre o que é mais próximo — a própria experiência —, é um retorno ao seu modo mais próprio de ser, à sua morada, ao habitar.

A serenidade não deixa que se esqueça de que a constituição e as urgências do mundo da técnica dependem de um fundamento mais originário, que está diretamente subordinado à essência do horizonte histórico de articulação de sentido.

O questionamento da técnica moderna é algo que demarca o pensamento de Heidegger, mas é necessário estar atento para não se utilizarem soluções igualmente técnicas, uma vez que, procedendo dessa forma, estar-se-ia restrito ao âmbito das representações. A reflexão sobre o ser exige um desvencilhar das representações para que se possa, em alguma medida, pensar fora de seus parâmetros. É uma modalidade do pensamento que rearticula a experiência de sentido, a partir da qual todo representar se faz possível. O que a meditação tem a oferecer é precisamente uma perspectiva mais abrangente em relação às determinações do cálculo, visto que os impasses do mundo técnico não poderão ser solucionados, caso se permaneça inserido unilateralmente no domínio de suas representações.

A serenidade não se propõe a ser uma simples recusa aos aparatos técnicos e seus usos, nem mesmo em considerá-los inconvenientes ou desnecessários à vida cotidiana. A vida moderna exige que se relacione com a ciência e a tecnologia, algo que, de fato, deve-se fazer, sem, contudo, ser escravizado por elas. A serenidade do pensamento requer que se tenha liberdade diante do mundo técnico, inaugurando uma relação na qual seu lugar seja propriamente dimensionado.

Dessa forma, o exercício do pensamento reflexivo, meditante, e a serenidade, parecem aproximar-se da proposta clínica em psicologia.

## **1.2 A Psicologia Clínica: técnica ou *téchne***

A partir das considerações de Heidegger sobre a era da técnica, a seguinte questão insiste em provocar: a psicologia clínica poderia ser pensada como técnica e como *téchne*? Essa pergunta reforça a ideia de que, em nenhum momento, um processo se sobressai ao outro, mas eles se interpõem como acontecimentos.

Pensar a psicologia clínica é considerar que ela acontece em distintas modalidades, tendo como fundamento diversos postulados teóricos. A tentativa de aglutinar as diferentes abordagens numa única proposta é inconcebível quando se considera a dificuldade em delimitar uma identidade mínima para o conjunto de teorias e sistemas. Entretanto, é possível

constatar que, mesmo nessa diversidade, existe a mesma intenção de fundo do projeto epistemológico da modernidade, designado por Heidegger como a era da técnica, aglutinando-se a técnica e a *téchne*.

Ao se considerar o homem a partir de suas potencialidades, capaz de promover mudanças eficazes, numa direção predeterminada, segundo representações da essência humana postuladas pela teoria que o acolhe, pode-se, assim, pensar os processos psicoterápicos como técnica moderna. Essas teorias têm como proposta a busca de resultados provenientes de manejos e estratégias que consideram o existir humano como um recurso a ser explorado, comumente denominado de potencial humano. Potencial este que tem como objetivo o alcance de um estado psicológico que garanta a sua estabilidade, suas determinações e nomeações, que o mantém na ilusão de algo subsistente.

No entanto, quando o homem passa a ser visto como abertura, apresentando-se num eterno devir, não se deixando apreender pelas determinações do sistema e das teorias impostos, os processos psicoterápicos se aproximam da *téchne*. Uma vez que, aqui, o psicólogo não mantém nenhum referencial de verdade, determinante, nem indica o melhor caminho para tal, e é no seu desvelar que a presença surge como num vir-a-ser, reconhecendo-se em sua abertura. .

O desvelar ao modo *téchne* consiste em se reconhecer em abertura, permitindo que o novo ou o diferente possa revelar-se ao seu modo, tornar visível algo que se mostra de modo velado.

*Téchne*, na Antiguidade, conforme anunciado por Heidegger, refere-se ao conhecimento que se dá pela compreensão, é um conhecer no ato de produzir. É um reconhecimento de um saber. É um permitir que a verdade (*aletheia*) se faça presente. É um *deixar vir à presença*, no sentido de levar à frente, sem desafiar, mas reconhecendo os limites e paradoxos da própria existência.

Mas o mundo moderno é um convite a viver a tecnologia, e à utilidade prática da exploração de recursos naturais para fins de acúmulo, consumo e, por que não, o descarte, uma vez que a produção resultante desse processo é circular. Tudo que se produz também poderá ser descartado.

A clínica psicológica em uma inspiração<sup>2</sup> fenomenológica se constitui pela análise dos fenômenos que se apresentam, a fim de explicá-los por seus elementos mais simples,

---

<sup>2</sup> O termo *inspiração*, aqui utilizado, tem por sentido um aproximar-se da fenomenologia hermenêutica a fim de, então, alcançar elementos que permitam pensar as bases de uma clínica psicológica pautada pelas ideias do filósofo alemão Martin Heidegger, que, em nenhum instante de sua obra, teve a pretensão de estabelecer

recusando-se a decompô-los, uma vez que, procedendo-se dessa forma, estar-se-ia deixando escapar o sentido da experiência. A fenomenologia tem como proposta apreender os fenômenos tais como se mostram. Qualquer tentativa de decompô-los acarretaria inevitavelmente na perda de acesso aos fenômenos.

Não se pode pensar a psicologia clínica em uma inspiração fenomenológica baseada em explicações determinístico-causais dos fenômenos, procedimento este comum a metodologias científicas modernas. A investigação clínica fenomenológica pressupõe a suspensão da atitude natural (*epoché*), ou seja, é um recuar a um ponto anterior em relação às tendências de naturalização dos fenômenos. O processo analítico, assim, remete ao “destecer de uma trama”, conforme dito anteriormente.

A clínica psicológica de postura fenomenológica desperta as possibilidades dos fenômenos se apresentarem no encontro terapêutico, é um apropriar-se de seu modo de ser, entretanto, não se pretende aqui simplesmente a identificação ou reconhecimento dos fenômenos já previamente objetivados pelas diversas teorias psicológicas, mas o que se anseia é a suspensão dessas representações, fazendo com que um olhar diferente possa surgir. É romper com a “atitude natural” que, tradicionalmente, tende a pressupor a subsistência de uma realidade objetiva.

A postura fenomenológica é um convite à sustentação da dúvida sobre o conhecimento. Isso implica que não é objetivo desta proposta se orientar na verificação dos pressupostos teóricos, que tradicionalmente tendem a predeterminar o ser do homem. O que se pretende aqui é suspender qualquer teoria sobre a existência humana, possibilitando-se admitir o caráter de poder-ser do ser-aí, reconhecendo, assim, sua condição de abertura livre. Nas palavras de Boss (1981, p. 70), encontra-se o seguinte:

O homem não existe que nem uma coisa, por si, que tem qualidades determinadas e que está num certo lugar. Pelo contrário, ele existe como um conjunto singular de possibilidades de relacionamento, possibilidades que realiza, na medida em que é solicitado pelo que encontra. Podemos dizer que o nosso existir consiste nas possibilidades de relacionamento recebidas diante daquilo que nos solicita e que nos chama.

Heidegger, entre os anos de 1959 e 1969 realiza uma série de seminários filosóficos, nomeados posteriormente como Seminários de Zollikon. Assim, Heidegger discute com Boss a possibilidade de uma psicologia clínica que não se determine pelo modelo científico, uma

---

fundamentos que caracterizassem seu pensamento enquanto uma teoria psicológica. Portanto, o que se pretende hoje, é buscar, nos conceitos e reflexões que o filósofo propôs, inspiração para se pensar uma psicologia com base na fenomenologia hermenêutica.

vez que, na tentativa de buscar identificar os fenômenos, esta concebe o Dasein como um sujeito substancializado, como algo simplesmente dado, algo passível de determinação. O método científico tende a conceber o sujeito através de critérios de qualificação e mensurabilidade, distanciando-se, assim, da experiência do sentido do ser.

A psicologia clínica, quando enfatizada pelo viés científico, pressupõe a dinâmica terapêutica como uma proposta que utiliza métodos e procedimentos técnicos predeterminados. A razão que deve orientar na prática psicoterápica não é a teórica e científica, mas a razão prática.

A psicologia clínica em uma inspiração fenomenológica se propõe, então, a aproximação do ser-aí e uma reflexão sobre os fenômenos de sofrimento e adoecimento do existir, que são revelados pela dinâmica terapêutica que fomenta a existência do sentido do ser diante dos significados e comportamentos sedimentados no horizonte histórico. O que se pretende, portanto, é a reconquista de sua condição de liberdade, até então restrita ou esquecida, alimentada por uma atmosfera reflexiva que favoreça um relacionamento mais livre ante o horizonte de sentido que constitui o mundo.

### **1.3 A Análise Existencial, o fazer de uma clínica psicológica**

Refletir sobre o fazer de uma clínica psicológica, em uma inspiração na fenomenologia, remete às fragilidades diante do processo de ensino e aprendizagem durante a formação do psicólogo. Tarefa esta que não se apresenta fácil. O primeiro contato do aluno com a fenomenologia tende a ser uma tarefa árdua, pois a assimilação imediata e plena do sentido que um texto específico dessa temática psicológica oferece exige um apropriar-se de um modo de pensar e de um esforço para compreensão de uma concepção de homem absolutamente distinta dos habituais na psicologia e na filosofia tradicionais.

Para a formação em Psicologia, a fenomenologia não pode ser entendida como mero arcabouço teórico do qual absorvemos o conteúdo para futura aplicação no atendimento clínico. Muito pelo contrário, no contexto da prática clínica, a contribuição da fenomenologia deve ser entendida antes como uma postura do terapeuta e como uma espécie de pano de fundo diante da qual o existir do paciente pode revelar-se como fenômeno (JARDIM, 2013, p. 45).

A Analítica Existencial concebe a ideia de que o homem e mundo se constituem na relação que estabelece com o mundo. Surge no mundo desprovido de determinações e pleno de possibilidades, sem psiquismos ou predeterminações. O exercício da clínica fenomenológica é compreender o existir do paciente diante do encontro terapêutico.

Compreender está, por princípio, articulado com a abertura do ser-aí, viabilizando a sua condição de possibilidades reais e efetivas, uma vez que traz à tona sua condição de ser-no-mundo.

Na prática clínica fenomenológica, o que se propõe é a compreensão do existir do paciente, o que, numa escuta apressada, pode suscitar alguns equívocos e gerar uma crítica imatura diante da dimensão da proposta clínica. Na pressa em se atender às urgências do mundo, pode-se considerar que o compreender seja uma atitude poética e, porque não dizer, romântica, uma divagação abstrata sobre o existir do paciente. Mas essa é uma dúvida-engano sobre a fenomenologia, e acontece não só com estudantes de Psicologia, como também com psicoterapeutas de outras abordagens.

Para Casanova (2006, p.64), a compreensão abre o espaço em jogo, em meio ao qual se estruturam as possibilidades existenciais do ser-aí. O homem não precisa se ver determinado pelas urgências do mundo. Cabe a ele suas escolhas e identificações.

A compreensão é constitutiva de abertura (*Erschlossenheit*) que cada um é na condição de ser-no-mundo, é ontológica e, o encontro terapêutico disponibiliza a compreensão ôntica. Compreender o modo de ser do outro é fruto de uma escuta aberta, que advém de uma escuta contemplativa, que não tem preocupação primeira em ir ao encontro do fenômeno, mas se colocar junto do que se pretende ser dito e se permitir ser atingido pela fala do manifesto.

A escuta não é uma possibilidade apenas do psicólogo, uma escuta diferenciada, qualificada, é um fazer necessário a qualquer trabalhador dos serviços de saúde, assistenciais, entre outros, não sendo, portanto, um recurso de uso exclusivo de nenhuma categoria profissional. Contudo, para o psicólogo, a escuta é um instrumento fundamental no processo analítico.

É na posição de escuta atenta que o encontro acontece. Somente assim, o mostrar-se do modo de ser do paciente pode atingir o terapeuta (e também o próprio paciente) pela compreensão. Estar atento à fala do paciente não significa uma atenção diretiva. Antes, quer dizer um recuo que renuncia ao já conhecido e abre “justamente um deixar-vir-ao-encontro, [...] uma receptividade peculiar. [...] Esse deixar-vir-ao-encontro é, em certa medida, espontaneidade, mas uma espontaneidade tal que possui intencionalmente o caráter do acolher, do aceitar, do receber” (HEIDEGGER, 2008, p.78).

A escuta terapêutica fenomenológica está posta de modo aberto e receptivo para o paciente, tomando-o como ponto de partida. Essa escuta é aberta por não impedir o paciente

de ser tal como ele se mostra. O paciente se mostra em seu existir para uma escuta aberta, que não se sobrepõe a ele e o deixa-ser como ele é.

Segundo Heidegger (2008),

deixar-ser só pode mesmo acontecer de um modo tal que se torne manifesto para nós, ou seja, que se mostre como verdadeiro aquilo que deixamos ser-aí. Deixar-ser encontra-se em uma relação de condição com a verdade. [...] partilhamos entre nós o seu desvelamento, a sua verdade. Somente porquanto partilhamos entre nós o desvelamento do ente podemos deixar o ente ser assim como ele se manifesta (HEIDEGGER, 2008, p.78).

Diante de um atendimento psicoterápico em uma inspiração fenomenológica, é importante se atentar às implicações e considerações que perpassam o universo das teorias psicológicas, com suas determinações e explicações sobre o modo de ser do homem, mas colocando-as em suspensão. Para a fenomenologia, o atendimento psicoterápico irá colocar em suspensão as teorias psicológicas, para que, assim, se possa realmente escutar e compreender o outro, que se apresenta naquele instante em sua singularidade, em suas histórias.

Não que se desconsiderem as teorias psicológicas, mas estas serão colocadas em suspensão. As teorias tendem a explicar o pensamento do homem, suas emoções, seu desenvolvimento, e, porque não dizer, que elas tentam explicar o porquê de certas patologias. Entretanto, é fundamental reconhecer a singularidade dos acontecimentos. As teorias são saberes que descrevem o homem de forma generalizada. Mas, e a singularidade dos acontecimentos?

Estar livre das teorias explicativas, muitas vezes “causalistas”, elaboradas pela Psicologia, não significa que o pensamento do psicólogo se dê na ausência completa de referenciais. Aliás, isso nem seria possível, uma vez que a sua condição de ser-no-mundo, coloca o homem o tempo todo em relação-com, estando em constante entrelaçamento de referências, o fazer, o pensar, o falar, estarão sempre em relação a algo que lhes dê sentido.

Para a clínica fenomenológica, o pensar diz respeito à existência. O referencial do pensamento heideggeriano é a compreensão do Dasein, é ontológico, do ser-aí como ser-no-mundo, como ser-com. E é ôntico, como aquele que, convocado para realizar sua existência como cuidado, é cobrado por isso e sente culpa, aquele que sonha, faz planos, sabe que é finito e se angustia diante da possibilidade do nada.

Para realizar sua analítica, Heidegger parte do universal, do determinado pelo mundo, propondo assim, sua análise a partir do modo impróprio de existir, tal como esse se dá na cotidianidade mediana.

O que difere esse processo de outras possibilidades dentro das diversas abordagens no modo de fazer e compreender a Psicologia é que, para a Analítica Existencial, é escusado a nomeação, categorização de sintomas ou determinações de modos de atuação como busca ou intenção de resultados. Por isso, não se pretende estabelecer modos de fazer ou teorizar o acontecer da clínica.

O processo psicoterapêutico a partir da perspectiva fenomenológica não pretende uma adequação dos fenômenos que surgem no encontro aos constructos teóricos compactuados por algumas teorias psicológicas. O que se pretende é possibilitar que o Dasein desperte a si mesmo pelos seus significados e discursos que compõem sua facticidade, ou seja, é um remeter o Dasein à interpretação de mundo que ele mesmo é (círculo hermenêutico), embora isto não se apresente num primeiro momento na dinâmica psicoterápica. Os encontros clínicos buscam a verdade em seu sentido originário, aludindo à dinâmica do desencobrimento, uma vez que se trata sempre de um “descortinar”, um “trazer à luz” algo.

Para compreendermos o que vem a ser círculo hermenêutico, devemos considerar que, Heidegger pensou a hermenêutica no nível ontológico, ou seja, o horizonte de sentido é dado pela compreensão; é na compreensão que se esboça a matriz do método fenomenológico. A compreensão possui uma estrutura em que se antecipa o sentido. O círculo hermenêutico, então, não se limita à tese de interdependência entre a interpretação das partes e a interpretação do todo, pois se refere sobretudo a relação circular entre a pré-compreensão do interprete e o interpretado.

O termo círculo hermenêutico foi utilizado principalmente por Gadamer, seguidor de Heidegger, ao dizer que o ser que pode ser compreendido é linguagem. Portento, ele retoma a ideia de Heidegger da linguagem como casa do ser, onde a linguagem não é simplesmente objeto, e sim, horizonte aberto e estruturado.

Feijoo (2010) nos esclarece acerca da interpretação psicoterapêutica:

O psicoterapeuta, assim como Hermes, na mitologia grega, atuará como mensageiro da palavra. Da mesma forma que Hermes, o psicoterapeuta não vai ocupar a casa do outro, morada do ser, mas vai habitá-la para, então, poder entender o que o outro entende. Acompanhará aquilo que o cliente revela na sua fala, mesmo quando silenciar. Direcionar-se-á de acordo com aquilo que lhe é dado, agindo em um espaço de expressão livre. O psicoterapeuta compreende o outro e isto consiste em captar a interpretação de mundo que o outro é. Abre, então, possibilidades para o próprio se questionar em seu ser mais próprio. O psicoterapeuta, ao se permitir pensar sobre o “modo do diálogo”, possibilita o emergir do ser-do-ente, de forma que a fala se dê em liberdade, como possibilidade do ente (FEIJOO, 2010, p. 118).

O exercício da clínica fenomenológica consiste em despertar aquele que sofre, o modo como se relaciona com o seu existir. É um descortinar do discurso que o constitui em seu horizonte histórico, restituindo-o, então, da possibilidade de responder com mais liberdade às solicitações de sentido de sua existência, uma vez que o ser-aí, de início e na maior parte das vezes, se apresenta encoberto para o próprio ser. É o exercício hermenêutico do ser do Dasein.

De acordo com a Analítica Existencial, a clínica tende a acontecer, pelo menos, no exercício de não obscurecer o pronunciamento das tonalidades afetivas fundamentais. O termo análise é tomado por Heidegger (2009) em seu sentido original como *analisein* (dissolução). Foi em Homero, segundo livro da Odisseia, quando o autor revela a estratégia de Penélope de escapar do impessoal que a determinara, que Heidegger encontrou o sentido desse termo, revelando, assim como no mito, um tecer durante o dia e destecer durante a noite, para jamais terminar a tarefa. Analítica significa, então, em seu sentido original, o destecer de uma trama, e é tomado para se referir ao ato de libertar alguém, soltar alguma coisa ou, ainda, desmontar algo. Heidegger opta pelo termo *analítica*, ao invés de análise, para evitar a analogia, atualmente comum, com a decomposição operada pela química, e assim, mostrar a condição de possibilidade ontológica de tudo o que é.

O processo terapêutico com inspiração fenomenológica não tem como pretensão reunir pedaços de significados que estavam dispersos na vida do analisando, nem a intenção de se buscar a causa, mas sim, possibilitar a compreensão daquilo que está sendo dito. É um afinar as tonalidades afetivas que se apresentam como modos com os quais o ser-aí já sempre se encontra no mundo, modos de ser que afinam seu existir aos projetos mundanos de sentidos e significados. As mesmas são ditas fundamentais quando descerram o horizonte do mundo, de modo evidenciar o caráter de possibilidade do ser-aí, fenômeno que, na maior parte das vezes, acarreta um quadro crítico na existência mediana do ser-aí, ou, dizendo com Feijoo, "as tonalidades afetivas fundamentais caracterizam-se, portanto, por conta da crise radical a que elas dão voz" (FEIJOO, 2012, p. 44)

Às vezes, esses pedaços de significados estão difíceis de aparecer, negam-se a se mostrarem, querem ser chamados por outros nomes, ou se misturam com outros sentimentos. Outras vezes, surgem com clareza e se apresentam de forma explícita. Mas serão sempre pedaços da história de alguém, história particular. E esse é o trabalho da fenomenologia deixar que as coisas apareçam, com seus significados, reuni-los e permitir que sentidos se articulem.

Mattar e Sá (2008) citam Heidegger nos Seminários de Zollikon (2009, p.141) afirmando que:

O caráter fundamental de uma decomposição não é sua decomposição em elementos, mas a recondução a uma unidade (síntese) da possibilitação ontológica de ser dos entes, no sentido de Kant: da objetividade de objetos da experiência. Por isso também não pode haver aqui questão de uma causalidade que sempre só concerne a uma relação ôntica entre uma causa que é [Seienden] e um efeito que é [seienden]. A finalidade da analítica é, pois, evidenciar a unidade original da função da capacidade de compreensão. A analítica trata de um retroceder a uma “conexão em um sistema”. A analítica tem a tarefa de mostrar o todo de uma unidade de condições ontológicas. A analítica como analítica ontológica não é um decompor em elementos, *mas a articulação da unidade de uma estrutura*. Este é o fator essencial no meu conceito de “analítica do Dasein”. No decorrer desta Analítica do Dasein em Ser e Tempo eu também falo de Daseinsanalyse, com o que quero dizer o exercer da analítica.

A história de cada ser acontece como desdobramento da relação de si mesmo com o mundo. São possibilidades abertas pelo mundo que se habita. Se a existência se dá no mundo, significa que o existir acontece na relação com os outros e junto aos entes. O existir não se dá de maneira isolada no mundo. Não se pode pensar nas conquistas ou nos desagradados da vida como algo recluso em um “eu” encapsulado.

A análise fenomenológica é um desvelamento do fenômeno que se mostra por si através do compartilhamento daquilo que se apresenta na clareira do encontro de um com o outro. O fenômeno que se manifesta para uma compreensão é o modo de ser do paciente.

A clínica fenomenológica acontece através da compreensão do modo de ser do outro, que depende antes de uma escuta aberta para o que se mostra no dizer do outro. É uma escuta atenta. O mostrar-se do paciente pode atingir o terapeuta pela compreensão, o que demanda também muita atenção, para que este não seja imediato na tentativa de resolução ou apontamentos de caminhos do paciente. Mais uma vez, insiste-se em afirmar que estar atento ao outro não significa uma atenção diretiva. É, pois, uma renúncia daquilo que já se conhece, é um deixar-se vir ao encontro, sem predeterminações.

O caráter terapêutico da escuta se constitui somente se e na medida em que receptiva para o revelar-se do existir do outro, a escuta sustenta aberto um convite para que o paciente possa entrar em contato com os sentidos desvelados de sua fala aí compartilhado, e sustenta também o convite para que o outro possa, dentro de seus limites, lidar e decidir seu existir fundamentado em si mesmo (JARDIM, 2013, p.55).

A clínica psicológica inspirada em Heidegger, de acordo com Feijoo (2011) se sustenta em três grandes pilares, que se entrelaçam e não necessariamente se sobrepõem em ordem ou poder.

Primeiro, através da fenomenologia, que se apresenta como uma atitude frente ao fenômeno, um poder dar um passo atrás e, assim, suspender todas as teorizações e

pressuposições acerca do fenômeno em questão. A hermenêutica traz a possibilidade de compreender aquilo que está dado no horizonte histórico no qual se está inserido.

E é justamente o refletir a partir da fenomenologia-hermenêutica que proporcionará a possibilidade de se desconsiderar qualquer processo identificatório, uma vez que identificações tendem a criar barreiras para que se possa apreender nos modos de ser do analisando, e, suspendendo-se as determinações provenientes dos processos identificatórios, devolver-se-á ao analisando a tutela, o cuidado pela sua existência.

Uma escuta clínica junto à população menos favorecida, ou desassistida, exigirá do psicólogo a sua saída do consultório para se dispor ao outro, tendo como pano de fundo o despertar do modo de ser do outro, possibilitando a busca pelo sentido de seu existir, retirando da rua ou de outras nomeações a tutela de sua existência.

Segundo pilar, a analítica do ser-aí, tal como designada por Heidegger, desperta a possibilidade de uma clínica psicológica que trabalhe com bases ontológico-existenciais a partir de uma Psicologia sem psiquismo. É o anúncio de que os problemas psíquicos não são problemas de interioridade, nem do orgânico, nem da semântica interna, enfim, não são problemas do eu, mas, ao contrário, são problemas do projeto existencial, da relação ser-aí/mundo.

Aqui, as fragilidades afetivas devem ser compreendidas como problemas da articulação ser-aí/mundo. O que está em discussão é a possibilidade de se romper o círculo hermenêutico que aprisiona o ser-aí em modos sedimentados no impessoal, demarcados por comportamentos pré-determinados. Esse rompimento remete à possibilidade de que, diante de uma experiência limite, se evoquem as tonalidades afetivas fundamentais, suspendendo-se o poder prescritivo do horizonte hermenêutico em que se está inserido.

E, por último, sem a pretensão de ser o menos importante, as tonalidades afetivas fundamentais, angústia, tédio, êxtase, terror, horror, retenção, pudor e admiração, que expressam a mobilidade histórica do próprio ser, as diversas aberturas de seu acontecimento histórico. Dessa forma, as tonalidades afetivas tornam possíveis a conquista da experiência de algo que o mundo, com seus diversos sentidos e significados sedimentados, tende a encobrir.

Para a fluidez do processo psicoterápico, é necessário que o psicólogo se mantenha atento a tudo que lhe é dito, até mesmo aos não ditos. Atento e exercitando a suspensão fenomenológica, para que, assim, ele, o profissional, não interprete as falas do cliente a partir de teorias previamente dadas, conforme dito anteriormente. Entretanto, a recusa pelas teorias do existir humano não devem ser entendidas como uma negação às ciências. Heidegger insiste em afirmar que “a ciência como tal não é rejeitada, de nenhuma maneira. Só a sua pretensão

ao absoluto, a ser o parâmetro de todas as verdades, é julgada pretenciosa” (HEIDEGGER, 2009, p. 136).

Na cotidianidade mediana, de início, e na maioria das vezes, tende-se a assumir as orientações dadas pelo mundo, pela impessoalidade. É uma tentativa de se escapar do nada, do estranho, da indeterminação, pronunciada pelas tonalidades afetivas, sejam elas, o êxtase, o horror, a retenção, o pudor, a admiração, a angústia, o tédio ou o temor. É um entificar-se. Assim, tende-se a assumir uma identidade, a se tomar como sentido e determinação, a construção do horizonte histórico.

As fragilidades afetivas não são, necessariamente, vistas como uma patologia, e sim como um momento do ser, com sentidos e significações diferentes para cada um. Acolher o outro no seu sofrimento é considerar sua dimensão social. Significa quebrar a fixidez de um modo de se apresentar, ou seja, romper com as reificações de natureza universal.

A prática clínica psicológica em uma inspiração fenomenológica será sempre estabelecida quando o sofrimento do ser se apresentar como uma solicitação, não necessariamente quando se nomeia a existência de uma patologia. Isso abre o precedente para se considerar que a prática clínica em questão não pode se reduzir nem ao lugar, como em consultórios, nem ao número de pessoas atendidas ou à classe social ou econômica a que pertencem, nem à técnica utilizada ou à patologia diagnosticada.

Para Heidegger, é primordial não se conceber o saber científico por meio da atitude natural que lhes designa um status de “verdade” absoluta. Tal atitude possibilita se pensar o processo analítico numa perspectiva histórica, implicando, assim, na condição de se reconhecer o lugar atribuído à ciência e à técnica moderna.

A determinação da técnica e da ciência de forma absoluta e natural favorece a perda do enraizamento e do processo meditativo já mencionado, quando se apresenta a ideia de serenidade (*Gelassenheit*). O ser-aí, quando retido às determinações do horizonte moderno tem dificuldade em compreender de onde advêm suas raízes e seus caminhos, ignorando, assim, sua co-pertença à dinâmica de seu desvelamento. É importante se ater ao cuidado de pensar a técnica e a ciência moderna a partir de seu aspecto histórico, reconhecendo-se as limitações intrínsecas a esses saberes.

Amparando-se no pensamento heideggeriano, considera-se a existência humana sempre a partir do horizonte histórico, uma vez que o ser-aí se apresenta segundo uma totalidade de significados e referências presentes no horizonte histórico de articulação de sentidos, no qual o ser se encontra. E, ao se considerar a prevalência da era da técnica,

ênfatiza-se que todo o sentido da realidade reduzir-se-á a uma apreciação técnico-científica do mundo que, por sua vez, obscurece o desvelamento de outras possibilidades de sentido.

É assim que o analisando se apresenta no processo psicoterápico, anunciando os modos de existência que se apresentam a partir de seu horizonte histórico. Essa condição de poder-ser sustenta a clínica psicológica em uma inspiração fenomenológica, uma vez que o ser-aí é um ente marcado expressamente por este caráter. E o campo existencial em que cada ser-aí sempre se movimenta é o mundo, como horizonte intencional do correlato do existir humano.

A clínica psicológica com inspiração fenomenológica tem por intenção, ser uma oportunidade de o analisando poder olhar de novo para o que foi vivido, “experienciado”, que passou (ou não), para o que é vivido agora, e autenticar tudo como sendo dele, sendo ele. Essa não é uma tarefa fácil. São dores das quais ele não quer se lembrar, perdas, culpas, faltas, desilusões, angústias, porque ele sabe que um dia vai morrer, tristeza pela precariedade de tudo, impotência diante de um mundo que se torna cada vez mais ameaçador, e, por que não dizer, de alegrias e de desejos que sente na espera de um eterno poder-ser.

Para muitos, a clínica fenomenológica pode parecer apenas uma conversa com alguém que o ajudará a se perceber e se reconhecer diante de seu horizonte histórico. E é isso sim, mas não é simples. Dispor-se a olhar o caminho percorrido é se permitir construir novos percursos, que podem implicar em novas direções, ou novos significados por caminhos já percorridos. Isso é cuidado, *sorge*, conforme anunciado por Heidegger, um preocupar-se, um ser-com.

A análise existencial desperta a possibilidade de se dirigir um olhar diferente para a própria existência, reformulando significados. A ideia de cuidado se multiplica em vários aspectos, desde o cuidado com aquilo que está sendo dito pelo paciente até o cuidado com aquilo que será dito pelo psicólogo, não cabendo, portanto, interpretações, julgamentos de valor ou moral.

Outra atitude fundamental na análise existencial, além do cuidado, é a paciência, que não se trata de um esperar que entre em cena algo suficientemente interessante, em que o psicólogo concentre sua atenção. Mesmo que a fala do paciente se apresente como uma evasão de coisas mais sérias (e pode mesmo ser isso!), é necessário ouvi-lo com atenção.

A paciência possibilita não só estar atento àquilo que é dito, mas também a como é dito, à voz mais solta ou embargada, aos desvios, ao silêncio, aos gestos, à postura. É a paciência que permite se entrar em contato com os sentimentos que estão sendo anunciados ou refutados. A boa paciência é aliada do tempo, não o apressa, mas aproveita todas as

oportunidades que ele dá, não desperdiça oportunidade. O tempo pode trabalhar a favor da mostraçãõ daquilo que está oculto.

Ao falar de sua existência, o paciente tende a perceber como tem sido, em seu cotidiano, o seu “cuidar” de si, dos outros e das coisas em si. O cuidado terapêutico tem a ver com o devolver, com o recuperar ou resgatar aquilo que é cuidado, algo que diz respeito a ele, e que, por algum motivo, foi prejudicado ou negligenciado. Isso quer dizer, favorecer um retorno aquilo que se é, ao que é próprio do homem.

A clínica fenomenológica não pretende se estabelecer, conforme dito anteriormente, por regras ou por modos de fazer. Pretende, sim, um retorno aos fenômenos, àquilo que se apresenta, fazendo da escuta um cuidar, despertando no outro a possibilidade de reencontrar seus caminhos. Essa é a proposta da clínica psicológica em uma inspiração fenomenológica, que, a princípio, aos olhos de quem a desconhece, pode parecer superficial, mas sua prática implica numa necessidade de estudo constante.

A fenomenologia rompe com a ideia de se perder frente às urgências do mundo, sendo uma proposta séria e densa diante de teorias que proporcionam certo conforto e amparo ante as determinações impostas por mecanismos de controle social, além de ser um exercício legítimo para se pensar numa clínica psicológica, considerando-se que novas possibilidades se façam presentes ao seu exercício.

A prática clínica psicológica em uma inspiração fenomenológica está em constante transformação, novos cenários se apresentam, na medida em que se dá a articulação eu-mundo. Mundo é sempre intrínseco, coexistente. Não existindo, conforme anunciado anteriormente, a ideia dicotomizada de eu e mundo, mas uma contextualização eu-mundo, junto às suas tonalidades e fragilidades, sejam afetivas, sociais, físicas, psíquicas, econômicas, tecnológicas, etc. Um olhar distinto para se pensarem os cenários sociais, anunciados e visitados como local de intervenção e ação, de vulnerabilidades sociais, mesmo quando se apresentam como espaços identitários do ser.

## CAPÍTULO II - DA CLÍNICA TRADICIONAL ÀS NOVAS POSSIBILIDADES

### 2.1 Caminhos da Psicologia

A expansão da Psicologia, no Brasil, é algo recente, regulamentada como profissão apenas em 1962, e os cursos de formação, em sua maioria, eram oferecidos nos grandes centros, reforçando, assim, a ideia de um fazer privilegiado, muitas vezes nomeado como elitista. Somente nos anos 80, a Psicologia rompe com essa ideia cosmopolita, ampliando seus serviços e olhares para as questões sociais do país, passando, então, a ser inserida nos serviços públicos, mesmo que ainda permanecesse estigmatizada pelos consultórios privados. Através da sua participação política e dos discursos “psi”, amplamente difundidos nos meios de comunicação, a Psicologia vem buscando o reconhecimento de sua prática junto às questões sociais. A clínica psicológica e suas vicissitudes se apresentam em constante movimento e acompanham as mudanças do mundo contemporâneo.

As reflexões sobre *o que é Psicologia Clínica?* alimentaram e fizeram parte de diversos trabalhos acadêmicos em meados dos anos 2000. Era uma tentativa de se compreender e ampliar o entendimento dessa prática na psicológica, e outras questões se suscitaram à medida que o seu fazer se propunha a ir além dos espaços predeterminados. Novas urgências se fizeram presentes. Dessa forma, o contexto social adentrou os consultórios de forma a convocar a Psicologia a sair de sua zona de conforto. A Psicologia passa, então, a se redesenhar, tornando-se mais crítica e engajada socialmente.

Pensar a transposição de seu fazer, tradicionalmente reconhecido e fixo no espaço de consultório, para novas possibilidades ainda é uma questão em movimento. A Psicologia se permitiu sair do espaço que assegurava o seu fazer, o consultório, para enveredar-se em outros caminhos, e essa é, sem dúvida, uma tarefa complexa, uma vez que caminhos indicam possibilidades, que requerem novas aprendizagens. Assim, como a Psicologia tem se apresentado diante dos espaços sociais? Para isso, resgatar-se-á, de forma breve, o percurso da Psicologia na construção destes novos cenários que se apresentam.

A prática clínica em Psicologia advém de processos históricos que conduzem a transformações na concepção e no entendimento do que vem a ser clínica. Historicamente, a origem do termo clínica remete ao significado de *à beira do leito*<sup>3</sup>, onde médicos observavam e examinavam seus pacientes a fim de obterem um diagnóstico, um quadro clínico, através

---

<sup>3</sup>O termo Clínica surge do grego *Kliné*, que tem por significado leito, sofá-cama.

dos sintomas anunciados. A clínica médica se funda como a clínica do olhar, tal como demonstrou Foucault (1926-1984) no livro *O nascimento da Clínica* (1963). O método clínico inaugura na medicina uma leitura dos sintomas através da observação. O olhar do médico possibilita-lhe organizar os sintomas, para, assim, estabelecer uma relação entre eles e, finalmente, definir a doença.

Ao se utilizar o termo clínica psicológica, impreterivelmente, resgata-se uma herança do saber médico, na pretensão de se observar e compreender aquilo que está sendo dito. Herança esta que tende a provocar uma concepção higienista e equivocada da similaridade do fazer “psi” com o saber médico. Muitos, equivocadamente, procuram pelo psicólogo e tendem a anunciar seu sofrimento, problemas ou outra nomeação de seu mal-estar, na intenção de que, ao final, se estabeleça uma solução rápida e eficaz, indicando uma *cura* do seu mal psíquico. É um traduzir o sofrimento, que é da ordem do psicológico e do simbólico, numa doença do corpo físico, e, portanto, que poderia ser tratada através da prescrição de uma medicação adequada, como o faz o médico.

Outro aspecto histórico, que ainda fragiliza a concepção de uma clínica em Psicologia é a associação de uma imagem estereotipada do psicólogo, como aquele que trata de “doentes mentais”, o que muitas vezes se torna um fator de impedimento ao se buscar este profissional quando dele se necessita.

Essas estereotipias despertam e fazem cogitar a influência do saber médico sobre o fazer “psi”. A prática médica, no início dos tempos, era envolta por uma concepção mágica e supersticiosa, e, ao longo dos anos, a busca por cientificidade e rigor fez com que a medicina passasse por transformações. Nos dias atuais, a medicina se fortaleceu como ciência, assegurando o seu empoderamento do saber e a valorização do seu *status* social, fortalecendo o seu fazer como um saber.

As concepções errôneas sobre o fazer da Psicologia trouxeram consequências e produziram olhares que aproximaram o fazer do psicólogo com a figura de um médico, o que proporcionou um certo *status* social ao psicólogo. Entretanto, não se pode negar que, ainda hoje, este é um dos principais atrativos para aqueles que almejam uma formação em Psicologia. Tais representações sociais do psicólogo clínico foram anunciadas por Figueiredo (1996) como *confusões*.

A concepção de Psicologia clínica tradicional se apresentava, até então, através de algumas atividades, como psicodiagnóstico e/ou terapia individual ou grupal; atividades exercidas em consultório particular, em que o psicólogo se apresenta como autônomo ou profissional liberal, atendendo, geralmente, a uma clientela financeiramente abastada. Essa

prática, portanto, priorizava o enfoque intrapsíquico, os processos psicológicos e psicopatológicos do indivíduo, norteados por uma concepção de sujeito abstrato e descontextualizado historicamente.

Novos espaços e fazeres são propostos à Psicologia, despertando diversas transformações ao longo do tempo. Lo Bianco et al. (1994) propõe o surgimento da clínica sob a denominação de *tendências emergentes*. A entrada em serviços de urgências e emergências em hospitais, a participação em serviços públicos, e outras possibilidades, anunciam e solicitam uma nova forma de se conceber o fazer do psicólogo. Essas possibilidades de novos fazeres para a Psicologia foi o que mais caracterizou a passagem da clínica, no seu modelo tradicional, para a abertura de outros modos de atuação para se pensar a clínica psicológica.

A nova concepção de clínica na Psicologia, chamada inicialmente de *tendências emergentes ou atuais*, passa a buscar uma articulação mais concreta entre a clínica e o social. As práticas clínicas apontam para um maior interesse e preocupação com o contexto social, implicando numa significativa alteração da compreensão sobre a concepção de sujeito e, conseqüentemente, novas interpretações das teorias psicoterápicas. De acordo com Dutra (2004),

Podemos dizer que o novo fazer clínico inclui uma análise do contexto social em que o indivíduo está inserido. O referencial teórico, assim, deixa de ocupar o espaço de principal norteador da prática, que passa a ser ocupado pelo compromisso ético do psicólogo (DUTRA, 2004).

Essa percepção também foi anunciada por Bock (2001), que enfatizava que aliviar o sofrimento psicológico das pessoas exigirá do psicólogo um posicionamento ético e político sobre o mundo social e psicológico.

A partir desse novo olhar, fica evidente que não importa mais o espaço ou lugar para o ato clínico acontecer, seja no âmbito privado ou público, seja individual ou grupal, o importante, de fato, é compreender que o ato clínico está pautado muito mais por uma ética do que engessado diante de um referencial teórico. Foi nessa direção que Figueiredo (1996) propôs um sentido diferente para a ética, de acordo com a etimologia do termo *éthos* relaciona-se com o habitar, com a morada, com o apropriar-se. Tal como pensado por Heidegger, o ser se constitui a partir da sua relação com o mundo, que se apresenta sempre como abertura.

Heidegger propõe um caminho diferente no campo do pensamento ético. Se a tradição sempre compreendeu a ética como uma disciplina filosófica que trata de um matiz do real, para o filósofo, ética não é um saber do homem, é um modo de ser do Dasein.

É na inautenticidade da existência, quando a verdade do ser é olvidada, que o Dasein “perde” seu *éthos*, portanto, não “existe eticamente”. O resgate do *éthos* não se dá, no entanto, com a mera elaboração de regras morais. Pode ser mesmo que o Dasein em questão, embora seguindo todo conjunto de normas morais, jamais faça a experiência do *éthos*, ou seja, jamais “exista eticamente”. Para que o Dasein se enraíze em seu *éthos*, é necessário que ele seja tomado pela verdade do ser em sua experiência. Somente nesta experiência o *éthos* se dá (CABRAL, 2009, p.179).

Nessa nova perspectiva, para se pensar a clínica psicológica, é necessário compreender que o ato clínico deve ser contextualizado e refletido, onde quer que este se realize ou onde quer que se estabeleça. Contextualizar, nesse sentido, não é somente considerar o que se encontra em torno da clientela, como o local e o “tipo” da população atendida (condição financeira, grupos étnicos, entre outros). Envolve, sobretudo, uma postura diante do ser humano e da sua realidade social, exigindo constante reflexão sobre sua própria prática.

A clínica psicológica, então, se apresenta além dos processos psicoterápicos, que têm técnicas e modos de tratamento estabelecidos por “contratos”, ou seja, formatos de atuação acordados entre as partes e que deverão ser respeitados. A clínica é ampla, e ultrapassa o determinismo do tempo, do local, do horário e das técnicas a serem empregadas no processo. O que se pretende é a compreensão daquele que se apresenta, sem interpretações, nem determinações.

Não há dúvida de que o referencial teórico do psicólogo clínico é sua ferramenta para a construção de sua clínica, mas é preciso ter cuidado com certas nomeações e enquadramentos teóricos, para, assim, permitir que o outro se apresente verdadeiramente e que seu sofrimento seja compreendido como algo singular. Dessa forma, as noções de sujeito, subjetividade e as concepções teóricas que embasam o fazer clínico passam por uma constante reflexão para a efetivação dessa nova proposta de atuação do psicólogo, independentemente da abordagem teórica que se pretende estabelecer.

Para a clínica psicológica em uma inspiração fenomenológica, o ser não pode ser visto como meramente encapsulado, determinado, sedimentado diante de um modo de se apresentar no mundo. Ele não se apresenta mais por hipostasias, personificações ou reificações. O termo subjetividade, então, perde sua excelência conceitual tal como nomeado em outras abordagens, uma vez que o caráter de poder-ser coloca o homem sempre como abertura,

constituindo-se na sua relação com a história pessoal desse ser e com os sentidos que ele atribui ao mundo.

Ao se analisarem as concepções anunciadas aqui sobre o que vem a ser Psicologia, sua história e percurso, principalmente no que se refere à psicologia clínica, depara-se com um certo mal-estar, provavelmente um olhar de advertência, ao se considerar o que foi anunciado no capítulo anterior, já que a fenomenologia não tem por princípio essa lógica de nomeações e determinações no modo de fazer ou de reconhecer a clínica psicológica. Faz-se necessário, portanto, compreender que essas nomeações constituem as urgências de um mundo que se apresenta a partir de resultados e padrões de produção e de consumo, interpondo assim, metas e ultrapassamentos no seu modo de ser. Esse é o mundo de que a Psicologia se constituiu e essa é a forma de se compreendê-la, na relação com este mundo.

Para Heidegger, o homem habita o mundo no qual existe e não há existência sem mundo, nem mundo sem existência. O mundo do ser-aí será sempre abertura, o ser-aí é sua própria abertura. E, ao entrar em contato com outro ser-aí, eles passam a compartilhar círculos que refletem seus horizontes históricos. O aí compartilhado, aberto na relação paciente e terapeuta, se dá numa mostração de si.

O diferencial que se apresenta na prática clínica em uma inspiração fenomenológica é a “qualidade” da escuta e acolhida que se oferece a alguém diante de uma demanda psíquica, um sofrimento. É uma escuta livre, suspensa de qualquer nomeação ou classificação. Outras abordagens, muitas vezes, demonstram também um cuidado com a escuta, mas com tendência a compreendê-la a partir de um referencial que nomeie o sofrimento ou o processo de organização da dor anunciada, seja ela psíquica ou mesmo física.

As transformações sociais oriundas de mudanças no mundo contemporâneo fizeram com que os profissionais psicólogos, em seu cotidiano de trabalho, passassem a estar atentos e dispostos a atenderem uma clientela proveniente das classes populares, em que a dimensão social se tornou ruidosamente presente, impondo a necessidade de outra escuta e de outra intervenção, segundo Romagnoli (2006). Entretanto, Ferreira Neto (2003) nos alerta que esse tipo de atividade por si só não garante uma prática política e alternativa. A ênfase no social pode, no entanto, se tornar apenas uma prática assistencialista, uma vez que esse modo de fazer surge para atender uma demanda, correndo-se o risco de reproduzir o fazer de uma clínica privada no âmbito do social.

Outras abordagens teóricas da Psicologia têm ampliado a discussão sobre o tema. A Psicologia Social, através da abordagem clínica, nas pesquisas participantes, no contexto comunitário, ou nas pesquisas-ação, e a Psicanálise, através do despertar de novos olhares.

Na Psicanálise, por exemplo, pode-se reconhecer a Clínica do Social como uma nomeação recente para se pensar o deslocamento de um fazer “psi”, surgindo como uma prática que se pretende efetivar de forma ampla, constituindo-se de novas formas de atuação e demonstrando a preocupação com a possibilidade de inserção de uma nova clínica, mais ampliada.

A *Clínica do Social*, anunciada aqui como exemplo para se pensar as novas possibilidades do fazer “psi”, surge a partir das experiências do psicanalista e professor Célio Garcia diante das urgências do mundo. Esse programa (nomeado assim pelo autor) surge das experiências oriundas da dimensão da clínica na Psicologia, na Psicanálise e na Psicologia Social, como também das experiências de sua prática política.

De acordo com Garcia (1997), a *Clínica do Social* tem a acuidade da clínica, seu interesse, sua atenção voltada para a subjetividade de cada um, tudo isso aliado e articulado a um programa de ação política como prática no dia a dia do cidadão. Importante compreender que toda clínica é política, ou seja, é uma questão de cidadania e de sujeito.

A *Clínica do Social* se instaura a partir da necessidade de se compreender as competências e habilidades de um grupo ou de uma população fragilizada socialmente. Localizar seu sofrimento, a impotência generalizada ao longo de sua história, a inserção no simbólico, é o nomear a coisa em si, para que o sujeito se reconheça na dimensão da sua relação com o real. O tempo para essa clínica é sequencial, mas a história não é um fluxo contínuo, nem tampouco as intervenções se fazem a partir de um programa contínuo. E muito menos uma sequência tem que se comprometer, de imediato, com a sequência seguinte.

Na Psicologia Social, pode-se demarcar como exemplo de construção de novos fazeres a inserção do psicólogo a partir de intervenções em comunidades, grupos, famílias, instituições e organizações sociais, através de zonas de intersecção entre a Psicologia Clínica e a Psicologia Comunitária, tendo como embasamento teórico as reflexões provenientes da Sociologia Clínica e da Psicossociologia. Para Sévigny (2001, p.24), “na abordagem clínica, a prioridade é dada à prática, à ação, à intervenção, pois o centro da análise é um problema a resolver ou, pelo menos, uma prática a explicar. Além disso, a análise é concebida como uma intervenção”.

Entretanto, esta não é uma prioridade para maioria dos psicólogos com inspiração fenomenológica, nomear um grupo social para estabelecer, então uma clínica social. Para Heidegger, o ser é e sempre estará em desamparo, e ao classifica-lo pelo seu sofrimento existencial estamos apenas limitando seu modo de existir. A participação de psicólogos que

tem como base de formação a fenomenologia tem nos serviços de clínica ampliada possibilidade de entrada no mercado de trabalho.

A Clínica Ampliada de acordo com as cartilhas do *HumanizaSUS* (BRASIL, 2009a) propõe que o profissional de saúde desenvolva a capacidade de ajudar as pessoas, não só a combater as doenças, mas a transformar-se, de forma que a doença, mesmo sendo um limite, não a impeça de viver outras coisas na sua vida. Uma ênfase nos processos médicos, mas que podem ser compartilhados por outros profissionais de saúde. E esse é um dos objetivos desta forma de atendimento junto aos serviços de saúde. Trabalhar com diferentes olhares, trabalhar em equipe, compartilhar saberes e poderes é trabalhar também com conflitos. Diversos instrumentos são propostos como resposta a estas metodologias de trabalho, a Clínica Ampliada, Equipes de Referência, Projetos Terapêuticos Singulares têm-se mostrado como dispositivos resolutivos quer seja no âmbito da atenção como no âmbito da gestão de serviços e redes de saúde. E são estes dispositivos que se apresentam como a porta de entrada para muitos psicólogos nos processos de trabalho.

Conforme dito anteriormente, para Heidegger, é necessário se considerar o ser na sua dimensão ontológica, e vivendo numa abertura para este mundo, como ser-com, ser de relação, num modo-de-ser singular. E, como ser-no-mundo, se é e se está no mundo de forma inseparável, não sendo possível pensar num homem sem se considerar o mundo em que ele vive. Ao mesmo tempo, não se pode considerar que o lugar, ou a essência, ou a estrutura, seja algo que o determine, que o aprisione apenas num modo de ser. Assim, é impossível se desconsiderar a condição de fluidez e provisoriedade do humano.

É justamente nesse contexto de mundo, da experiência e da provisoriedade do ser humano, que o psicólogo clínico se situaria na escuta do outro. Ao compreender o sofrimento do homem contemporâneo, ele também se encontra imerso em sua própria angústia de ser na inospitalidade do mundo. Independentemente dos modos de atendimento, seja no consultório privado, nos grupos ou na rua, a escuta psicológica pode se apresentar como um fazer legítimo e cuidadoso.

Entretanto, considerando-se uma população nomeada como vulnerável socialmente, ou seja, estigmatizada pelas condições dos modos como vivem, tais como moradores de rua, prostitutas, garotos (as) de programa, usuários de droga, andarilhos, dentre tantas nomeações, poder-se-ia pensar que a proposta de atendimento deveria ser pautada na diversidade, tanto do lugar a ser acolhido quanto no modo de acolher.

A atitude clínica deverá se apresentar então como possibilidade do cuidado do psicólogo implicado no movimento de atenção ao cliente como existência, acompanhando-o na tarefa de apropriar-se daquilo que sabe pré-ontologicamente, possibilitando, na sua situação concreta e totalmente singular, que se compreenda e assumo o que ele é, em seu estar-lançado, e o que pode ser. É mediante essa apropriação narrativa da sua conjuntura e das suas maneiras de sentir-se e de responder praticamente a ela, que o cliente chegará a compreender-se como aquele cujo ser está sempre em jogo no conjunto das circunstâncias existenciais que lhe são tematicamente abertas na interlocução clínica. Dessa forma, pode compreender-se e aceitar-se, sejam quais forem os seus sofrimentos, como responsável, no sentido de responder e apropriar-se das solicitações concretas da vida. Longe de uma culpabilização paralisante, essa responsabilidade é uma ampliação da liberdade (SÁ, BARRETO, 2011).

Assim, como acolher o sofrimento existencial de alguém desfavorecido socialmente, colocado à margem da sociedade? Enquanto no consultório privado ou público a solicitação do atendimento parte da iniciativa do cliente ou dos seus familiares, na rua, o sujeito está abandonado à própria sorte, e quem propõe, ou quem provoca a acolhida, é o psicólogo. Como clarificar àquele que sofre o modo como se relaciona com o seu existir?

É importante esclarecer que o homem sempre estará em desamparo, sofrimento aqui mencionado, não indica um adoecimento, mas uma fragilidade existencial, muitas vezes acentuada por uma condição socialmente desfavorável. Para a analítica existencial o desamparo, como disposição afetiva, tem sua raiz no ser-no-mundo como existencial abrangente do modo de ser do *Dasein*, isto é como estrutura ontológica fundamental do homem. Nela e só nela podem vir à luz todos os outros existenciais. A disposição é um existencial, uma estrutura ontológica do homem.

A contemporaneidade tem por característica a concepção de verdade associada à razão, que, por sua vez, se associa aos atributos da produtividade moderna, e o imperialismo da ciência enquanto ordem. É a era da técnica. É a era em que o homem, com a descoberta da ciência, se vê diante de um novo mundo. Suportado pela ciência e amparado pela razão, o homem se desprende do seu papel de um ente submetido aos dogmas religiosos e passa a crer em seu poder de dominar a natureza e tudo que nela existe (FEIJOO, PIETRANI, 2015).

E corroborando com as questões que se apresentam na contemporaneidade, a Psicologia parece assumir uma postura de objetividade e racionalidade, tendo como finalidade as determinações que nomearão seus sentimentos e experiências, como também a necessidade do controle dessas nomeações frente às questões do homem na sua lida existencial.

A Psicologia, como ciência, se estabeleceu e atentou seu fazer de acordo com a era da técnica, como verdades absolutas. Com tendência a reduzir o homem a uma relação de coisificação com os outros homens e com o mundo, abandonando o seu horizonte histórico e

desconsiderando o caráter de articulação de sentido sempre em jogo, em que a existência se dá.

Na maior parte das vezes, o homem se reconhece tomado pelo fascínio do pensamento técnico-calculante, esquecendo-se de meditar sobre a sua existência, sendo tomado pela facticidade da era da técnica.

## **2.2 Possibilidade de uma clínica psicológica com inspiração fenomenológica**

*(...) uma prática ética e não moralizante.*

Pensar na possibilidade de uma prática clínica em Psicologia com inspiração fenomenológica é algo pretencioso, uma vez que nem o próprio Heidegger tinha a pretensão de construir uma teoria que representasse o homem e os modos objetivantes do sofrimento existencial. O que se pretende, portanto, é provocar uma apropriação do modo de ser do Dasein através dos fenômenos que se apresentam por si, nos encontros terapêuticos. E essa prática implica num cuidado clínico que desperte um deslocamento dos padrões e perspectivas do pensamento presentes no mundo e que constituem o próprio horizonte de sentido, numa constante tentativa de romper com as determinações que objetivam os fenômenos e obscurecem a experiência do ser.

Caminhar por essa perspectiva filosófica é se colocar criticamente diante dos apelos de um mundo determinado pela ciência, bem como das interpretações do cotidiano pessoal. Estar diante da perspectiva fenomenológica no âmbito da atenção psicoterapêutica é adotar uma postura de liberdade em relação às estruturas de significados presentes no contemporâneo.

As contribuições heideggerianas para o exercício de uma clínica psicológica serão sempre um convite para se estar atento à suspensão da ideia de se conceber o existir humano por meio da perspectiva tradicional, atrelado a qualquer noção de substancialidade, confundindo-o com o sentido de algo simplesmente dado, diferentemente do que acontece com outras perspectivas de clínica psicológica, que tem seus critérios ainda atrelados aos princípios médicos, que, diante das enfermidades, buscam a “cura” na determinação de seu fazer, reproduzindo assim, uma ideia cartesiana de resultados esperados, ou pré-determinados. O que se concebe, considerando-se o pensamento do filósofo em questão, é a existência humana, o Dasein, que se constitui enquanto ser-no-mundo.

O que se pretende através da perspectiva heideggeriana, então, é compreender que o sentido de análise, em uma investigação fenomenológica, não pode corresponder à ideia de fragmentação ou dissolução dos fenômenos, em seus termos constitutivos, na tentativa de explicá-los através de numa sequência de causas e efeitos.

Para Feijoo (2012):

Heidegger, em *Ser e tempo* (1988), desenvolve uma filosofia com pretensões de retomar a existência em sua facticidade, a qual havia sido suprimida pelas filosofias idealistas e empiristas em uma tentativa de resolver a dicotomia sujeito e mundo. Eis a discussão do filósofo que pode permitir à Psicologia um diálogo afinado com a filosofia de modo a possibilitar outra direção nos estudos psicológicos, além daqueles que partem da noção de um eu posicionado ou de um eu objeto. O filósofo do *Dasein*, em sua analítica existencial, tenta esclarecer a dinâmica finita da existência do ser-aí humano. É nesse aspecto que encontramos a importância dessa analítica da existência para a Psicologia, visto que é justo a existência o conceito-chave de que a Psicologia clínica com bases existenciais se apropria para estabelecer outro modo do pensamento e da prática clínica.

O psicólogo analista, na clínica existencial, tem como princípio apenas participar do jogo, não comanda, nem determina, nem posiciona. No entanto, a sua participação é contundente para que o jogo se dê. O jogo é o encontro, em que o analista e o analisando disponibilizam um espaço de abertura para possibilidades que se encontram obscurecidas, para que estas possam transparecer. Para tanto, o analista precisa já haver questionado as imposições, orientações sedimentadas ou retóricas hegemônicas presentes no horizonte histórico. Somente assim o psicólogo clínico poderá, no mínimo, não sedimentar ainda mais as determinações, que, no final das contas, mantém o homem totalmente aprisionado às deliberações desse horizonte. Mattar e Sá (2008) corroboram essa posição ao afirmarem:

Uma vez que as demandas do sofrimento existencial, endereçadas à clínica psicoterápica, cada vez mais estão relacionadas ao nivelamento histórico de sentido que pode ser computado no cálculo global de exploração e consumo, é imprescindível, para que a psicoterapia possa se constituir em um espaço de reflexão propiciador de outros modos de existir, que ela própria não permaneça subordinada a esse mesmo horizonte histórico de redução de sentido (MATTAR e SÁ, 2008, p.191).

A proposta de uma clínica psicológica fundamentada na fenomenologia não se constitui pela decomposição dos fenômenos que se apresentam no encontro, tentando explicá-los pelos seus elementos mais simples, ou seja, procedendo-se assim, impede-se que o sentido da experiência surja. O que a fenomenologia visa é justamente apreender os fenômenos tais como se mostram. Ao se decomporem os fenômenos, perde-se o acesso a eles. Dessa forma, fica evidente que não se pode pensar a psicologia clínica baseada nos pressupostos

heideggerianos, como uma tentativa de se recorrer a explicações determinístico-causais dos fenômenos, procedimento comum às metodologias científicas modernas.

O princípio da clínica psicológica inspirada na fenomenologia, principalmente no âmbito individual, está na suspensão da atitude natural (*epoché*), conforme dito anteriormente, visando a elaboração das condições de possibilidades de os fenômenos se apresentarem no encontro terapêutico. É a apropriação do ser-aí no seu modo mais próprio de ser.

Entretanto, não faz parte da dinâmica dos encontros somente a identificação ou o reconhecimento dos fenômenos, tal como muitas teorias propõem. O rigor fenomenológico exige uma sustentação da dúvida sobre o conhecimento prévio de algo, o que leva a uma constante atenção ao caráter de poder-ser, que coloca o ser sempre, ou na maioria das vezes, diante da sua condição de abertura, de ser livre. Boss (1981, p. 70) elucida melhor essa questão.

O homem não existe que nem uma coisa, por si, que tem qualidades determinadas e que está num certo lugar. Pelo contrário, ele existe como um conjunto singular de possibilidades de relacionamento, possibilidades que realiza, na medida em que é solicitado pelo que encontra. Podemos dizer que o nosso existir consiste nas possibilidades de relacionamento recebidas diante daquilo que nos solicita e que nos chama.

A clínica psicológica individual, aqui apresentada, se constitui em abordar aquele existente em seu modo de ser singular, atentando aos fenômenos de sua existência, tal como se apresentam no encontro terapêutico. Conforme dito anteriormente, seria imprudente considerar-se previamente complexos, estruturas ou dinâmicas “psíquicas” como forma de compreensão daquilo que se apresenta. O que se pretende, portanto, é deixar que o fenômeno apareça, que se revele por si mesmo.

A proposta de uma clínica disposta a se estabelecer junto a políticas públicas apresentará suas especificidades, uma vez que algumas estratégias diferenciarão a sua construção. Enquanto a clínica privada recebe uma demanda externa, na maioria das vezes a partir de uma iniciativa própria do cliente, e com um espaço físico bem definido, uma *clínica ampliada* irá ser construída, a partir das solicitações e necessidades impostas pelo grupo/indivíduo a ser atendido, tendo seu espaço adaptado às possibilidades do lugar e da demanda do programa.

A aproximação da fenomenologia com a prática psicológica, seja no âmbito público ou no privado, ou mesmo se o processo será individual ou no grupo, o que se pretende é conduzir o Dasein à reconquista de sua condição de liberdade “esquecida”, sustentando-se

uma atmosfera reflexiva, que favoreça um relacionamento mais livre ante o horizonte de sentido que constitui sua abertura ao mundo.

O exercício de interpretação na clínica psicológica a partir do olhar da fenomenologia consiste em clarificar àquele que sofre o modo como se relaciona com o mundo e o sentido que estabelece na sua existência. É um destecer o discurso, que, na maior parte das vezes, se apresenta obscurecido pelas urgências e determinações do mundo. Lugar onde se estabelece o horizonte histórico de articulação de sentido.

Conforme o que se expôs sobre a Análise Existencial, é impossível se pensar a existência humana dissociada do horizonte histórico que o compõe. A Análise existencial anunciada aqui só poderá ser compreendida a partir do singular, daquilo que concebe a sua existência. É a conjunção da sua existência diante do horizonte histórico que se apresenta.

As enfermidades, na perspectiva heideggeriana, são compreendidas como “denúncias” diante da dificuldade em se suportar uma relação de abertura para com os sentidos do mundo, restringindo o ser diante do significado daquilo que se apresenta nos encontros. Assim, fica evidente a limitação que se constata ante a condição de sofrimento ou adoecimento psíquico e o desencobrimento do horizonte, pois o modo de ser do homem contemporâneo, com suas pretensões de controle, tendem a acentuar as tendências ao fechamento por não conseguir tolerar o estranhamento e a indeterminação.

No consultório de Psicologia, a manifestação ôntica da angústia, ali apresentada como forma de sofrimento, reflete esse estreitamento dos limites de compreensão, referenciados numa eterna condição de abertura disposta pelo horizonte histórico. O dado apresentado, seja ele o sintoma, a queixa, a fala do cliente ou qualquer outra expressão, enfim, o fenômeno, é perdido de vista ao ser analisado, pois se decompõe em elementos, é pulverizado e reduzido a partículas, representadas, então, como causas do fenômeno (SÁ e MATTAR, 2008).

A condição de sofrimento e adoecimento psíquico ao qual o Dasein está subordinado remete ao vínculo estabelecido no contexto de significância que se encontra lançado. As possibilidades e limites de compreensão que movem o ser não são simplesmente dados, são horizontes de temporalidade. Isto posto, o sentido dos entes que vêm ao encontro, no aberto do mundo, provém fundamentalmente daquilo que o Dasein, enquanto abertura compreensiva, pode deixar vir à luz. Por essa razão, o horizonte de sentido no qual se move o Dasein nunca é fixo ou definitivo, justamente porque não encontra sua base e fundamento em nenhuma realidade ou substancialidade de um sujeito.

Os fenômenos de adoecimento psíquico se vinculam, portanto, ao próprio poder-ser e à abertura do Dasein; consistindo, na sua identificação, em certas possibilidades de ser em

detrimentos de outras, constituindo cenários existenciais restritos, que têm por fundamento de possibilidade sua liberdade originária. O Dasein enquanto poder-ser comporta, também, o identificar-se e o restringir-se como possibilidades do seu existir.

A Psicologia clínica, enquanto um campo de produção de saberes e da prática do psicólogo, desperta constantemente para novas possibilidades de atuação, que surgem diante das exigências do mundo contemporâneo, que tende a ampliar constantemente os modos de se reconhecer e de estar no mundo.

### **2.3 O grupo como possibilidade clínica**

Refletir sobre a Psicologia clínica e o sentido da existência que as diferentes formas de terapia se propõem, sejam elas, atuando de forma individual ou em grupo, é considerar, entre outros aspectos, o modo como cada encontro desperta a possibilidade de se reconhecer e pensar o seu fazer a partir dos pressupostos propostos pela fenomenologia heideggeriana.

A modalidade grupo nos processos terapêuticos parece habitar um lugar instável, principalmente ao olhar desatento de alguns que acreditam que a fenomenologia, por validar o sentido da existência do ser, não estaria propensa a pensar o outro.

Pensar no exercício de uma psicologia de grupos fundamentada na filosofia da existência é promover um caminho de reflexão que abandone as concepções generalistas sobre grupo, para, assim, poder se aproximar daquilo que lhe é mais próprio. Tal como na clínica fenomenológica individual, a suspensão é um dos aspectos fundamentais para a construção do processo analítico.

Heidegger, em *Ser e tempo*, não se dispôs exclusivamente a pensar o outro, dissociado do ser-com. O filósofo considera a existência do outro intrinsecamente na sua relação com o mundo, à medida que o ser é e sempre será um ser-com.

Dessa forma, pode-se afirmar que a alteridade também constitui a existência. Mesmo quando o homem se propõe a isolar-se de forma voluntária ou imposta, tratar-se-ia ainda de uma possibilidade, e, portanto, uma modalidade do ser-com-outro, que pode se mostrar mais ou menos restrita, quanto maior ou menor o grau de liberdade existencial em que se encontrarem.

A alteridade, então, deve ser compreendida como sendo um fenômeno existencial que será sempre uma possibilidade, podendo-se entender que o encontro entre homens só é possível porque, desde sempre, o homem é um ente cujo modo de ser é sempre mundo e mundo com os outros.

A experiência cotidiana, então, é sempre em relação ao outro, ou seja, não é possível ao homem existir fora da convivência. Eu e os outros formam uma relação marcada pelas diferenças, mas indissociável, entre entes cujo modo de ser se apresenta como ser-aí, lançado às possibilidades de um mundo compartilhado. Heidegger parece mostrar que os outros estão sempre juntos ao Dasein, mesmo que de modo diferente, ou seja, o modo de ser dos outros que vêm ao encontro é sempre relacionável com a possibilidade do ser-no-mundo, mesmo que de modo oculto.

A terapia de grupo fenomenológica não tem como proposta a recuperação de um suposto “ideal” de relação, tampouco a busca por algo que pudesse ter sido perdido ao longo da história da era da técnica.

O grupo inicialmente se configura como uma abertura compartilhada e privilegiada, na qual podem se desvelar modos de ser possíveis, no momento em que acontece a relação com o outro. Nessa revelação de modos de ser, abre-se a possibilidade de se apropriar e, com isso, poder se relacionar com novos modos livremente. O poder-ser mais próprio é um modo de relação com suas próprias possibilidades, e isso acontece no mundo, uma vez que o ser-aí se apresenta como ser-no-mundo. E esse mundo também é grupo que se apresenta. Dessa forma, somente se pode existir de um modo singular ou apropriado de si mesmo, se for com o outro, pois essa é a característica fundamental do Dasein. É a partir do outro que se conhece a si mesmo.

A clínica em grupo é uma modalidade terapêutica marcada principalmente pela experiência da convivência. E é justamente por causa dessa condição de exposição de si, que o trabalho oferece, que muitos tendem a afastar a escolha imediata desse tipo de trabalho terapêutico.

A relação terapêutica tem papel principal quando se pensa numa prática de grupo, principalmente diante da perspectiva fenomenológica. Além da relação com o terapeuta, há também que se pensar na atenção dedicada à relação que ocorre entre os participantes do grupo, sem o qual esse processo perderia seu propósito.

O modo de se relacionar nos grupos revela modos de ser nas relações sociais, familiares, mas isso não quer dizer que, no grupo terapêutico, tais relações seriam projeções de outros modos vividos. Sá e Camasmie (2012) sugerem que as repetições que possam ocorrer nos modos de ser em relação com os outros, e sejam observadas pelo participante ou pelo grupo, são entendidas como um “estar amarrado numa determinação afinada” (HEIDEGGER, 2009, p.186) que só permite que o ser-aí veja aqueles determinados fenômenos, e não outros.

Assim, o modo que se repete nas relações revela um modo de ser, encobrendo outros que só serão revelados quando o Dasein se encontrar em outra tonalidade afetiva. Boss, em seus diálogos com Heidegger, pergunta-o sobre a transferência, conceito tão usual na psicanálise, e o filósofo responde da seguinte maneira:

Nada precisa ser transferido, pois, em cada caso, a afinação a partir da qual e de acordo com a qual tudo que vem ao encontro só pode mostrar-se dessa maneira, já está sempre aí. Dentro de cada afinação também uma pessoa que nos encontra mostra-se para nós de acordo com esta afinação (HEIDEGGER, 2009, 187).

A proposta terapêutica, assim, adquire contornos diferentes de outras abordagens, uma vez que tem, na compreensão dos modos de se relacionar, uma diversidade de caminhos para a construção de uma prática psicoterápica. Uma das diferenças significativas da abordagem fenomenológica na clínica grupal é apontada por Cohn (2007, p.55) como o terapeuta de grupo sendo um membro participante do processo.

A inclusão do psicoterapeuta no processo retira dele toda e qualquer possibilidade de isenção frente aos membros do grupo e ao processo em si. Isso não poderia ser de outro modo, sendo que, para a fenomenologia, não é possível qualquer busca de neutralidade, pois o Dasein é sempre em situação, é pre-sença. Não há, portanto, um estar “fora”, ausente.

O que caracteriza um encontro psicoterapêutico e que o diferencia dos encontros comuns com os outros no cotidiano são as tonalidades afetivas que movimentam e impulsionam as sessões.

O horizonte histórico tende a se apresentar fortemente, na era da técnica, como produtividade, conforme dito anteriormente, e o desconforto frente a essas cobranças podem se manifestar como vergonha, como fracasso das estratégias do cuidar de si, já que a obrigatoriedade por “estar bem” é a atmosfera idealizada a ser alcançada e passível de ser mantida pelo controle individual. Nessa perspectiva, a clínica psicológica pode justamente atender à convocação de habitar o lugar de estratégia de manutenção do bem-estar.

Segundo Heidegger (2006), não é possível escapar ao mundo técnico no qual se está imerso, mas pode-se interrogar acerca dele. Sendo assim, a clínica fundamentada no pensamento do filósofo pretende manter a tensão diante dos modos já sedimentados de se corresponder a esses apelos, a fim de abrir modos singulares que possam transformar espaços existenciais de convivência.

Ao fazer uma observação no grupo, o terapeuta parte sempre de alguma tonalidade afetiva, correspondente ao clima grupal. Não há uma busca por um ponto zero, isento, de onde ele poderia emitir suas percepções, pois elas surgem do contexto o qual o terapeuta também

constitui. A participação e presença do terapeuta no processo, naturalmente, modifica sua percepção e vice-versa, pois o grupo também se modifica tanto com a ausência quanto com a presença de quem quer que seja na sessão.

Saliente-se que o psicoterapeuta, apesar de participar e interagir com o grupo, tem uma finalidade distinta dos demais membros, devendo, portanto, manter-se atento à sua participação de modo seletivo. Diferentemente de outras abordagens, não cabe ao terapeuta desempenhar um papel superior ou de coordenação do grupo, de máximo saber, de julgamento, nem de observador passivo. O terapeuta, como participante, mostrará ao grupo que é capaz de cometer erros, de apresentar fraquezas, mas que, sobretudo, sua presença não é uma representação, um personagem vulnerável (SÁ e CAMASMIE, 2012).

Além dos processos psicoterápicos, os encontros com os grupos sociais também podem se apresentar como uma proposta terapêutica, mesmo que não perdure tal como uma psicoterapia. A disposição para com o outro possibilita um encontro consigo, um retorno a percepção de si. Para Giovanetti (1989), o encontro é uma situação onde o outro (aquele com o qual entro em relação) afeta, de alguma maneira, o curso de minha existência, principalmente na dimensão em que ele (o outro) me faz crescer. É, portanto, uma relação que proporciona um número imenso de comunicações que provavelmente vão mudar o “rumo da minha vida”. Essa definição de encontro especifica a relação terapêutica, diferenciando-a de outras relações que temos em nosso cotidiano.

## **2.4 Outros fazeres da Psicologia, a participação dos psicólogos em políticas públicas**

Outra proposta de atendimento que rompe com a clínica tradicional e anuncia novos fazeres na Psicologia é a inserção do psicólogo em Políticas Públicas, que surge como uma conquista alcançada a partir da interação da sociedade com o Estado.

As políticas públicas são ações destinadas ao coletivo. Não se configuram como ações de um governo, mas políticas do Estado em sua interação com os movimentos do público e voltadas para o atendimento de suas demandas e necessidades. Ou seja, as políticas que apresentarem resultados positivos devem permanecer independentemente da gestão que assumir o governo em determinado momento. Para tanto, não apenas os gestores devem ter compromisso social, como a própria sociedade deve ser conhecedora de seus direitos e cobrar que eles sejam respeitados.

As políticas públicas ocorrem em todas as áreas de gestão, seja na educação, na saúde, no transporte, na assistência social, na cultura, etc. São ações dirigidas ao público, buscando

constante participação da sociedade. Entretanto, como uma proposta que atende a um grande grupo, necessitam de um enquadramento metodológico que assegure a continuidade de seu interesse. São propostas que tendem a se apresentar de forma massificadora, não se permitindo, muitas vezes, as especificidades de cada um.

Uma das dificuldades existentes hoje diante das políticas públicas é a falta de comprometimento do governo com a efetivação das demandas da sociedade, a ruptura entre o interesse da sociedade com a vontade política, e a falta de formação específica dos psicólogos para assumirem os cargos públicos, pois os cursos de graduação não preparam os futuros psicólogos para novos modos e fazeres na Psicologia, conforme anunciado pelo jornal do Conselho Regional de Psicologia no Rio de Janeiro, em 2010.

Para Sposati (1998), a criação do Estado de Bem-Estar Social, no pós-guerra, concretiza a noção da universalidade da condição de cidadania e possibilita problematizar a questão da inclusão social, que se estabelece como responsabilidade social do Estado, no modelo capitalista.

A tentativa de se amenizar a desigualdade social passa pelo fortalecimento de uma população menos assistida em seus direitos hoje. Para se pensar a igualdade, é necessário desenvolver o conceito de equidade, que passa a garantir o direito à diferença. A Declaração dos Direitos Humanos, criada em 1948, corroborou com a busca pelas condições de igualdade, conjugando o catálogo de direitos civis e políticos com o catálogo de direitos sociais, econômicos e culturais.

A Psicologia vem se inserindo nas políticas públicas com importantes contribuições e por consequência tem provocado uma significativa mudança nos meios acadêmicos. Mas esta conquista é fruto de anos de aprendizados (e porque não dizer, de alguns males estar) provenientes de atuações políticas voltadas não ao coletivo, mas voltada principalmente a interesse de determinados grupos sociais. Assim, a maior parte dos psicólogos, via sua prática como individual, não coletiva, o que gerava patologização de questões que são, na verdade, sociais.

Mudanças se fizeram necessárias e hoje, constata-se que as universidades têm oportunizado ao aluno, estágios e práticas interdisciplinares que favorecerão suas experiências como profissionais. O campo de atuação do psicólogo ampliou extraordinariamente nos últimos anos para esses setores de atendimento ao público, mas infelizmente as universidades ainda estavam presas apenas a oferta do modelo clínico de consultório. O que muitas vezes provocava uma distorção diante da realidade que se apresenta.

Na tentativa de se contextualizar a inserção do psicólogo nas políticas públicas, a seguir faremos uma breve descrição dos objetivos e propósitos da Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR), principalmente nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do estado de Minas Gerais.

#### ***2.4.1 Contextualização: PNSR e o fazer do psicólogo***

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) trouxe esperança por uma sociedade mais justa e menos desigual, uma vez que a desigualdade hoje é um dos grandes desarranjos sociais que o Estado enfrenta.

A PNPR foi promulgada em 2009, como resposta a necessidades de pessoas que vivem em situação de rua, na tentativa de buscar melhores condições de vida, colocando suas demandas na agenda pública.

A população em situação de rua é um fenômeno mundial que ganha diferentes contornos em cada país ou região de acordo com o contexto histórico, social e cultural e com as formas com que o poder público lida com esse problema social. No Brasil, somente a partir da década de 1980, a abertura política e a promulgação da Constituição de 1988, essas pessoas têm conseguido espaço de melhores condições de vida, colocando suas demandas na agenda pública. Uma das suas mais recentes conquistas é a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) promulgada em 2009, que busca integrar diferentes setores das políticas públicas no atendimento à essa população. (CRP-MG, 2015, p.07)

O Decreto nº 7.053/2009, que regulamenta a PNPR, define a população em situação de rua como:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Essa política pública se constitui como um campo de grandes desafios, passando pela complexidade do fenômeno População em Situação de Rua (PSR) a especificidade do atendimento a essas pessoas, que, por vezes, se dá no próprio espaço da rua, e as dificuldades inerentes à consolidação dessa política.

O trabalho que envolve a população em situação de rua tem uma série de atividades previstas em sua metodologia, conforme anunciado por estudos realizados pelo CRP-MG, em 2015: estudo dos macros normativos, mapeamento dos usuários, busca ativa, abordagem,

articulação de rede, encaminhamento, acolhimento, atendimento psicossocial, referenciamento dos pacientes, acompanhamento, contrarreferenciamento, elaboração de planos de atendimento, realização de oficinas, elaboração de relatórios, participação em reuniões.

Os equipamentos e serviços que atendem a essa população possuem modos de funcionamento que, se por um lado, se assemelham conceitualmente, por outro se diferenciam no intuito de atender às singularidades sob as quais atuam. Há uma série de contradições na forma em que o poder público enfrenta a problemática da PSR. Ao mesmo tempo em que os governos propõem e utilizam serviços, programas e projetos, tais como CentroPOP, CAPS, CAPSad, CREAS, Pastorais, dentre outras, esses projetos são apoiados por uma lógica de inclusão e de empoderamento. Existe também outro contraponto, que é a recusa de diversos serviços públicos em atender a essa população e a existência de ações higienistas e repressivas, refletindo as dificuldades que perpassam essa população, que não tem nas ações públicas a compreensão dos fenômenos “experenciados” pela PSR, mas sim a busca de soluções rápidas para o que é nomeado como incômodo e está visível socialmente.

Desde 1870 (...) o atendimento ofertado nas aglomerações urbanas brasileiras tem consistido na retirada das ruas e alojamento em grandes albergues de centenas de seres humanos em situação de extrema precariedade, sem oferecer-lhes alternativas de saída para uma condição de autossustentação digna (AIEXE, 2011, p.5).

A diversidade de práticas mostra-se fundamental para garantir a amplitude de atendimento, uma vez que as questões que atravessam os usuários são diversas e as possíveis complexidades existentes no acompanhamento de cada caso, podem apresentar-se como fatores complicadores.

A implantação de políticas públicas muitas vezes desconsidera a singularidade das pessoas na condição de moradores de rua. Situação compreensível, porquanto a criação dessas políticas tem por objetivo atender os interesses públicos, no entanto, indiretamente atende também ao pensamento moderno, que reduz o homem a uma relação de coisificação consigo e com o mundo. E enquanto *coisa*, o ser incorre no risco de ser descartado, desconsiderado, tal como um objeto.

Assim, retome-se a questão que desperta a linha de pensamento desta dissertação: compreender a inserção dos psicólogos, principalmente os psicólogos com inspiração fenomenológica, nos serviços públicos, vinculados a políticas públicas. Esse é um desafio, enquanto muitos programas propõem determinações e resultados.



## **CAPÍTULO III - A PSICOLOGIA E OS “DESQUALIFICADOS” SOCIAIS: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AFINS**

### **3.1 Sobre os “desqualificados” sociais e os modos excludentes de se viver.**

A sociedade brasileira contemporânea está envolta por certo construto imaginário que caracteriza o estar ou ser viventes da rua como alguém que tem esta como única alternativa de vida. Ou ainda, ou que tem nesse modo de viver uma forma alienante, passando pela vontade própria e pelo desejo de liberdade. Entretanto, esse é um modo excludente de uma sociedade, socioeconomicamente falando, que tem, na era da técnica, o domínio de uma sociedade consumista e, obrigatoriamente, produtiva.

Tanto a sociedade civil quanto o Estado ou as organizações não governamentais tendem a oferecer mecanismos que fomentem a reinserção social dessa população, porém, apesar da importante iniciativa, nem sempre apresentam eficácia em seus projetos ou programas. Por quê? Estariam essas iniciativas considerando o horizonte histórico, que perpassa o ser que vivencia esse modo de estar no mundo, como alguém desprovido da sorte e gerido pela pobreza?

Seria leviano responder precipitadamente a essas perguntas. Iniciativas são sempre bem-vindas e suscitam mudanças. Para tanto, considere-se a construção do espaço urbano e suas formas de vínculo e nomeações para se compreender melhor os modos de organização desse grupo populacional.

Paula e Ferreira (2014) apontam que discutir o urbano passa obrigatoriamente pela organização da vida coletiva nas cidades. Os espaços de uso coletivo são essenciais para se entenderem e se diagnosticarem as crises e as transformações das “possibilidades urbanas”. Ainda citam Arroyo (2003), afirmando que, entre os lugares de convivência, os espaços públicos são o maior legado de uma experiência essencialmente pública da cidade, tanto pela sua constituição histórica quanto pela importância à construção da diversidade e de uma cidadania plural.

De acordo com Goheen (1998), a esfera pública foi radicalmente desvalorizada como uma poderosa ideia política e social na cidade moderna. Richard Sennett, Habermas e Arendt compactuam com esse posicionamento e apontam que o interesse sobre a cidadania em espaços públicos tem diminuído, excluindo-se a participação social dos debates sobre as questões públicas essenciais, o que caracteriza o conflito que se instaura entre o desenvolvimento do capitalismo e os direitos coletivos da cidadania.

Outro autor que auxilia na compreensão das discussões que se apresentam ante as relações sociais é Michael Foucault. O filósofo trata principalmente do tema poder, que, para ele, não está localizado em uma instituição, nem tampouco como algo que se cede por contratos jurídicos ou políticos. Acreditava ser possível a luta contra padrões de pensamentos e comportamentos, mas impossível se livrar das relações poder.

De acordo com Ferrerinha e Raitz (2010), Foucault,

(...) vem demonstrar o poder como direito, pelas formas que a sociedade se coloca e se movimenta, ou seja, se há o rei, há também os súditos, se há leis que operam, há também os que a determinam e os que devem obediência. O poder como verdade vem se instituir, ora pelos discursos a que lhe é obrigada a produzir, ora pelos movimentos dos quais se tornam vitimados pela própria organização que a acomete e, por vezes, sem a devida consciência e reflexão.

Dulce Critelli (2003), em um texto veiculado pela mídia impressa, expôs um tema comum nas discussões sociais, acrescentando uma nova perspectiva quando propôs se considerar que os moradores de rua, ao abordarem os motoristas nos sinais de trânsito, provocam um misto de sensações, desde indiferença, medo e até mesmo constrangimento. Também salientou que dar esmolas denunciaria uma inércia, um não poder fazer mais nada além disso, e, indiretamente, um descrédito na possibilidade de esse morador sair daquela posição, legitimando assim, sua condição de pedinte e sua incapacidade de se colocar no mercado de trabalho. Dessa forma, corre-se o risco de se compactuar com uma “moral de humilhação”, retirando-o, portanto, da sua condição de humano.

O termo “experiências desestruturantes” também foi designado, de maneira geral, às experiências individuais, que, em vez de fortalecerem os recursos pessoais que capacitam o indivíduo para enfrentar os desafios que a vida lhe oferece, minam seu potencial de organização interna, sua capacidade de articulação com o meio em que vive, sua autoimagem, sua autoestima e sua identidade dentro do grupo; esses eventos se inter-relacionam com as questões estruturais da sociedade (VARANDA, ADORNO, 2004, p.62).

Colocando-se o tema pobreza em cena, a partir das reflexões propostas acima, pode-se compreender seu crescimento e o incômodo social refletido através dos argumentos apresentados anteriormente. Fatores como o não investimento do governo, retratam a (des) organização da vida coletiva, que mantém a condição do público como algo desvalorizado, exprimindo as relações de poder, que nem sempre retratam apenas o lado frágil, mas também podem retratar o lado dominador, atribuído ao medo e à insegurança que a sociedade vivencia diante das diversidades nos espaços urbanos.

Paugam (2011) constata a desqualificação social proveniente da pobreza, afirmando o seguinte:

Considerada intolerável pelo conjunto da sociedade, a pobreza reveste-se de um status social desvalorizado e estigmatizado. Conseqüentemente, os pobres são obrigados a viver numa situação de isolamento, procurando dissimular a inferioridade de seu status no meio em que vivem e mantendo relações distantes com todos os que se encontram na mesma situação. A humilhação os impede de aprofundar qualquer sentimento de pertinência a uma classe social: a categoria à qual pertencem é heterogênea, o que aumenta significativamente o risco de isolamento entre seus membros (PAUGNAM, 2011, p.69).

Num contexto econômico marcado por uma forte degradação do mercado de trabalho, o recurso à assistência — seja através da aceitação pelas políticas públicas, por ONGs ou por outros mecanismos sociais — traduz uma crescente diversificação de um grupo nomeado como pobres, já que estes são numerosos e oriundos de diversas categorias sociais, sendo todos nomeados pelo processo de desqualificação social e entregues à condição de inativos e improdutivos. A fragilidade socioeconômica os coloca como dependentes sociais, mesmo que, na maioria das vezes, surjam de trajetórias diferentes.

A pobreza não pode ser definida a partir de critérios quantitativos, mas sim através de reações sociais provocadas por circunstâncias específicas, abandono de lar, conflitos familiares, perda de posses e domínio da condição de vida, fatores patológicos, dentre outros. A desqualificação social corresponde a uma das possíveis formas de relação entre a população designada como pobre e o restante da sociedade.

Como consequência de um mundo globalizado, onde a vida coletiva e a vida privada se entremeiam diante da lógica de mercado, os bens e serviços indispensáveis à condição de bem-estar social se tornam caros, não somente em valores monetários, mas como algo precioso e de difícil acesso, como habitação, educação, saúde, alimentação, água, energia. Desta forma, é fato que há uma tendência de elevação da população em situação de rua. E as políticas públicas, por sua vez, nem sempre se pautam na integração dos agentes econômicos e sociais, se resguardam, portanto, muitas vezes pela busca dos direitos da pessoa humana, favorecendo ao processo de penúria e de degradação social que culminam na situação de rua. No Brasil, esta situação (PSR) não pode ser compreendida apenas como uma escolha individual e sim, como resultado de um drama coletivo desenhado pela acelerada desconstrução de nexos no viver urbano e rural.

O aumento desse grupo populacional tem provocado maior discussão sobre o tema, diversos modos de assistência, através de políticas públicas, ONGs, e até mesmo mecanismos religiosos, como pastorais, ações sociais, entre outros, tem ampliado o olhar para o tema.

Contudo, mesmo com esses mecanismos, ainda há um déficit enorme em relação à assistência e às possibilidades de ultrapassamento desse modo de viver, caso seja este o interesse do *sujeito*.

A dificuldade do fazer psicológico diante desse grupo social remete também às dificuldades práticas enfrentadas pelos profissionais que vivenciam este exercício. Os profissionais são desafiados, de uma maneira ou de outra, a construir cotidianamente atuações e formas de intervenção criativas, dinâmicas e que abarquem a heterogeneidade dos grupos nos quais se encontram inseridos. No entanto, é importante estar atento as determinações que este grupo recebe por ser considerado frágil dentro da sua condição social.

O aumento populacional e as desigualdades socioeconômicas impõem modos de viver que esbarram nos limites tanto de pobreza quanto de extrema riqueza. Esses desencontros promovem a necessidade de se ampliarem os modos da atuação do psicólogo na contemporaneidade.

Pensar uma clínica que privilegie uma população considerada, e estigmatizada, como vulnerável ou desqualificada socialmente será sempre uma possibilidade de atuação na Psicologia. No entanto, é importante ter cuidado para não se reduzir o ser ao modo como se apresenta no mundo. Essa é uma premissa básica para se constituir uma clínica que atenda a esse grupo populacional, suspendendo-se toda e qualquer hipostasias sobre o ser.

Ir ao encontro de uma população excluída por todos os aspectos, seja social, político, econômico, educacional, intelectual, é descortinar uma série de estigmas que se impõem a esse grupo, sendo que este faz constantemente a denúncia de um tempo que fragiliza as relações, e se estabelece pelo poder do ter. A dificuldade diante das possibilidades desse fazer apontam a impotência que atravessa a atuação de profissionais da rede de atendimento social.

### **3.2. Uma visão sociológica da exclusão social**

Bauman (1999) em seu texto *Turistas e vagabundos*, tece uma metáfora para expor suas ideias sobre uma sociedade excludente, que tem nos turistas o lugar do desejo e busca por uma liberdade libertadora e nos vagabundos o *alter ego* que os alimentam e denunciam a necessidade de manter-se sempre como consumidores e produtivos. Ou seja, “os vagabundos são o refugio de um mundo que se dedica ao serviço dos turistas”. (BAUMAN, 1999, p. 101)

Os turistas ficam ou se vão a seu bel-prazer. Deixam um lugar quando novas oportunidades ainda não experimentadas acenam de outra parte. Os vagabundos sabem que não ficarão muito em nenhum lugar onde pousem serão bem-recebidos. Os

turistas se movem porque acham o mundo a seu alcance (global) irresistivelmente atraente. Os vagabundos se movem porque acham o mundo a seu alcance (local) insuportavelmente inóspito. Os turistas viajam porque querem; os vagabundos porque não têm outra opção suportável. Pode-se dizer que os vagabundos são turistas involuntários; mas a noção de “turista involuntário” é uma condição em temos. Por mais que a estratégia do turista possa ser uma necessidade num mundo marcado por muros e estradas móveis, a liberdade de escolha é a carne e o sangue do turista. Tire-a e a atração, a poesia e mesmo a suportabilidade da vida do turista se vão inteiramente. BAUMAN, 199, p. 101)

A População em Situação de Rua (PSR) apresenta-se socialmente muitas vezes pela figura do *vagabundo*, tal como anuncia Bauman, A vulnerabilidade locacional coloca o grupo diante das diversas dimensões de desamparo, que perpassam a dimensão existencial e se concretiza diante as fragilidades impostas pela condição de desfavorecimento socioeconômico. O desconforto face às intempéries, a insalubridade, a insegurança frente aos estabelecidos que lhes dirigem olhares de desconfiança são algumas das dificuldades vivenciadas diariamente. O desamparo é um estado característico do viver citadino contemporâneo e se revela na falta de garantias quanto ao futuro (MENEZES, 2006). E assim, é frequente constatar que a PSR vive num desamparo levado ao paroxismo. As lutas pela reconstrução dos sentidos de si no mundo são cotidianas e permanente objeto de angústia. O contexto socioambiental de vivência deste grupo populacional, no geral, recrimina-o, culpabilizando-o por sua destituição e tudo faz para que sua presença na cena seja efêmera. Como coisa fora do lugar e impura, o meio envolvente, numa ética disciplinar, destrói, desmonta e desfaz as possibilidades de reprodução das práticas que garantem a sobrevivência do grupo, por conseguinte, os sentidos ancorados na paisagem e nas relações, sempre fugidias (VALENCIO, 2008).

A PSR está inserida numa progressiva e acentuada contingência de intolerância que os nomeiam como “desqualificados” e alimentados pelo descarte social imposto num quadro de desigualdade estrutural. Conforme Bauman (1998), a responsabilidade em relação ao outro, como um comportamento moral, surge da condição de proximidade. Desta forma, fica evidente que as estratégias de manutenção da distância social, ou exclusão, insistem em recorrer a artifícios que julguem o sofrimento do outro como algo que nos diga respeito, possibilitando, assim, uma administração coletiva e conservadora da intersubjetividade. Assim, os *losers* não são permitidos tornarem-se sujeitos sociais; e, por conseguinte, apontarem para a necessidade de outro padrão de sociabilidade.

A PSR se apresenta numa condição de estranhamento diante do contexto social, não faz parte, é discriminada e desrespeitada. Estatisticamente esta população ficou invisível para

o Estado por muitos anos, uma vez que para os censos demográficos brasileiros prepondera-se a coleta de dados em base domiciliar (BRASIL, 2008).

O conceito de exclusão é complexo pela sua amplitude, englobando uma série de pontos de vistas. Sawaia (2011) visa aprimorá-lo, entendendo essas diferentes concepções não revelam erro ou imprecisão, mas a complexidade e a contrariedade que constituem o processo de exclusão social, inclusive a sua transmutação em inclusão social.

Um “conceito mala ou bonde”, como falam Morin e Castel, que carrega qualquer fenômeno social e que provoca consensos, sem que se saiba ao certo o significado que está em jogo (SAWAIA, 2011, p.7).

Sawaia (2011) aborda a exclusão social sob a perspectiva ético-psicossociológica para analisá-la como processo complexo, que não é, em si, subjetivo nem objetivo, individual nem coletivo, racional nem emocional. Para a autora, a ideia de exclusão perpassa um processo sócio-histórico, que se configura pelos recalcamientos em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações.

Sawaia (2011) ainda aponta que o conceito de exclusão está diretamente atrelado ao seu oposto, o conceito de inclusão.

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito produtivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (SAWAIA, 2011, p.8).

É comum compreendermos a inclusão como uma adaptação e normatização ao meio em que vive. Entretanto, essa ideia traz em si uma culpabilização individual, uma incompetência caso este não se adapte aos padrões. Essa é uma perspectiva dialética que se mistura à mecanismos psicológicos que perpetuam a manutenção da ordem social. O excluído é uma condição de incluir-se em uma categoria social.

Outro prisma para se pensar a exclusão está no entendimento da perspectiva marxista e de Adam Smith. Segundo Sposati (1998), Marx concebe a exclusão como uma lógica inerente ao processo de produção, uma vez que o sistema capitalista se sustenta pela miséria e pela servidão de parte da população ao incluir o trabalhador na sociedade, ao mesmo tempo em que o mantém alienado de seu esforço vital. Para Smith, a exclusão é uma condição pontual, individual e meritocrática. Apesar do antagonismo nas posições dos pensadores, Marx demonstra a exclusão como produto de um sistema e Smith o coloca como uma condição individual, ambos “naturalizando” o processo de exclusão.

Outro aspecto importante a ser considerado para se compreender melhor o conceito de exclusão é diferenciá-lo de pobreza. Pobreza faz alusão à incapacidade aquisitiva, dificuldade de aquisição de bens sociais e de consumo, e exclusão ultrapassa essa condição, inclui elementos éticos, culturais, comportamentais e atitudinais, incluindo-se a adjetivação aliada à pessoa, como, por exemplo, mulher, negro, homoafetivo, idoso, PSR, entre outros.

Ainda dentro dos aspectos psicossociais, Bursztyn (2003) sugere que a associação entre os fenômenos exclusão e pobreza estaria relacionada com a omissão do Estado em relação aos problemas sociais. Não existindo mecanismos de proteção social de forma eficaz, processos de exclusão tendem a se manifestar não apenas na dimensão social, mas também no campo da sobrevivência.

Sawaia (2012) propõe outro olhar para se pensar a dialética inclusão/exclusão, o sofrimento ético-político, e justifica sua opção indo além dos aspectos econômicos e políticos, destacando, assim, como o sujeito é afetado, não podendo ser responsabilizado por sua exclusão, apesar de ser ele quem a sofre.

Perguntar por sofrimento e por felicidade no estudo da exclusão é superar a concepção de que a preocupação do pobre é unicamente a sobrevivência e que não tem justificativa trabalhar a emoção quando se passa fome. Epistemologicamente, significa colocar no centro das reflexões sobre a exclusão a ideia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, lazer e sociedade), de forma que, ao [se] falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo [em] que de poder, de economia e de direitos sociais (SAWAIA, 2012, p.100).

A análise da exclusão por esse viés permite relacionar à necessidade humana, além dos aspectos biológicos e das contingências, o desejo e a ética, aquilo que verdadeiramente caracteriza o humano.

O advento das políticas de proteção de riscos sociais tem provocado certo revertério nos mecanismos de enfrentamento dos problemas de exclusão, uma vez que, desde meados do século XX, tem prevalecido o crescimento da pobreza e o aumento da desigualdade social. Processos de assistência social e serviços de saúde assistenciais, como caridade privada, filantropia, ou entidades assistenciais religiosas aproximam cada vez mais o sujeito da condição de sobrevivente. “Trabalham, mas muitas vezes, mas não são empregados. Obtêm alguma renda, mas de forma assistemática e pouco convencional. Transformam o espaço público — as ruas — em seu universo de vida e de sobrevivência privado. Às vezes, tornam-se perigosos na medida em que praticam delitos; ou simplesmente são estigmatizados como risco à segurança pública (BURSZTYN, 2003, p.20).

No Brasil, o processo de colonização colocou-o desde cedo na condição de país das diferenças. A relação entre colonizador e colonizado se estende em vários aspectos, perpetuando-se como um entrave para a construção da universalidade da condição de vida humana e digna dos brasileiros, e reforçando a ideia de que a população em situação de rua tem maior crescimento nas grandes cidades do que nos meios rurais.

Nos anos de crescimento industrial do país, em meados dos anos 50, a população proveniente do meio rural era absorvida pelo mercado de trabalho, porém, com o passar do tempo, as crises e recessões fizeram com que a diferença entre as pessoas que chegam à cidade e os postos de trabalho crescessem. A partir da década de 60, algumas cidades adotaram políticas públicas de remoção de favelas e invasões.

O desenvolvimento da infraestrutura urbana nos grandes centros produz cada vez mais uma maior valorização desses espaços, e, por consequência, um afastamento da população de baixa renda e dos miseráveis, levando-os para a periferia. E o pouco ou nenhum investimento nas periferias, além das poucas perspectivas de trabalho nos meios rurais, impulsionam a miséria para o centro das cidades, que já sentiam com o estrangulamento do mercado de trabalho. Esses aspectos reforçam a dinâmica do crescimento da população em situação de rua.

A passagem da intolerância tácita para a intolerância explícita também é um outro fator que impulsiona o crescimento da PSR. O exacerbamento de práticas públicas de truculência na eliminação do sujeito vulnerável, convergida em ações do Estado e a de grupos organizados que se pautam por políticas higienistas, têm no discurso do senso comum, a legitimação e por que não dizer, o reforçamento de uma desigualdade social. É o exemplo de uma dominação de uma política autoritária. Movimento excludente de uma população que não é aceita socialmente. É a substituição de uma população, que denuncia as fragilidades sociais pelo foco da segurança pública, ou seja, como se o grupo fosse fonte de uma ameaça à ordem pública ao invés de ser visto como ameaçado por esta. “A experiência de rua deixa gradativamente de ser uma experiência de sofrimento, transformando-se em situação de risco e insegurança” (DE LUCCA, 2007, p. 229).

Entretanto, é importante afirmar que o Brasil não assiste ao aumento da população de rua de forma inerte. Políticas públicas com ações consolidadas como resultado de demandas advindas da organização da própria população em questão, produziram políticas voltadas para uma nova perspectiva de atuação do Estado e das instituições que prestam apoio a esse público. São ações que se orientam na afirmação do acesso dessa população ao direito humano, à vida e à dignidade (BRASIL, 2011a, p. 15).

### 3.3 Fenomenologia, impessoalidade e políticas públicas

Congregar os temas propostos a cima é uma tarefa ousada, mas que poderá nos auxiliar a compreender melhor a possibilidade de interlocução entre o psicólogo que tem nas suas bases a fenomenologia como inspiração e o exercício de sua profissão junto às políticas públicas.

Para Heidegger, o “modo de funcionamento” do ser humano cotidiano do ser-aí é chamado de impessoalidade. Ou seja, é o modo meramente operativo no qual o ser-aí encontra no início e na maior parte das vezes. É na impessoalidade que o ser-aí desliza sem entraves nos modos de ser que são familiares a um contexto específico, sem experiência alguma do peso que é ter-de-ser e de ter de cuidar incessantemente da própria existência, justamente por isso, retira também a chance de se existir de maneira autêntica, própria. O impessoal tira o encargo de cada ser-aí em sua cotidianidade (HEIDEGGER, 2007).

A impessoalidade é e sempre será o ser-aí, é o modo como ele se apresenta na cotidianidade. Não é uma fuga, nem um afastamento do seu modo próprio de ser. O impessoal designa irrefletidamente seus modos de ser, e a concretização desses modos se abrem como possibilidades. O ser-aí precisa sair de uma indiferença existencial originária para conquistar uma certa familiaridade com o mundo.

Para se concretizar enquanto homem, o ser-aí necessita de um solo de significados e familiarizações, que o torna capaz de ganhar a si mesmo ou de experimentar crises e transformações. Portanto, querendo ou não, o ser-aí já sempre se estabeleceu impessoalmente na dinâmica existencial de um mundo específico.

O ser-aí necessita estar de início na impessoalidade, pois caso não estivesse, qualquer conquista ou transformação seria um acontecimento sem parâmetro ou valor algum; o homem precisa ter um solo a partir do qual se lance para a conquista da singularidade. Fica claro a partir do que foi exposto que, fundamentalmente, não é possível atribuir valor algum à noção de impessoal, apenas que ele se dá, sempre se dará e que, além disso, é a partir do impessoal que o ser-aí se estabelece enquanto ser-aí e com isso sempre se encontra à beira da possibilidade de “ganhar” plenamente a si mesmo.

Entretanto, é importante demarcar que o ser-aí é marcado por uma fragilidade ontológica que sempre o lança numa condição impessoal. Ele será sempre lançado no mundo e na conquista da familiaridade. Assim, o ser-aí não se apresenta por nenhuma categoria aprioristicamente dada, sua essência é o seu próprio caráter de lançado em sua mostraçã, em seu acontecimento. É em função de sua fragilidade ontológica que mundo se torna tão

importante para sua existência, pois sem mundo o ser-aí simplesmente não é! O homem é seu próprio lançamento no mundo e não uma categoria simplesmente dada, que o coloca sempre na condição de um nada.

Provavelmente esteja aí a grande dificuldade em compreendermos a eficácia de políticas públicas em atender a demanda de uma população. Por se tratar de uma política, tem-se, portanto, a necessidade de se estabelecer metodologias de trabalho bem definidas. E desta forma, desconsideramos as especificidades de cada ser.

Ao considerarmos a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR) como exemplo, estaremos restringindo o grupo a ser trabalhado. Entretanto, população em situação de rua envolve uma série de indivíduos, com históricos distintos e objetivos diferenciados. Que são os modos como se apresentam diante do horizonte histórico, é a mostração de sua história. Que se apresentam de inúmeras formas, sejam por escolhas, sejam por facticidades, outras circunstâncias.

O modo impessoal é legítimo e próprio do ser. É o seu modo de se apresentar. Que pode ou não estar em transformação.

A partir desse olhar, podemos considerar que o profissional psicólogo que tem como base os estudos na fenomenologia tem como contribuição na construção de políticas públicas a disposição em pensar o outro, na sua dimensão histórica. Uma vez, que não devemos considerar o ser aprioristicamente definido, marcado como um dado. O acesso ao homem, anunciado como marginalizado e excluído socialmente, é preciso que ele (o homem) se apresente pelo descortinar de todas essas ideias pré-concebidas.

Esse é um trabalho árduo, uma vez que estamos envoltos num mundo onde a técnica impera, onde o homem é colocado como dado diante de conceitos determinados. Onde os números de uma estatística retratam o homem. É difícil o rompimento de estigmas e é importante estar dispostos a permitir que o ser se apresente diante de seu horizonte. Que ele fale de si e por si.

O exercício da psicologia junto às políticas públicas é sempre um desafio. Sejam pelas dificuldades oriundas dos processos na formação acadêmica, ou por uma determinação da formação teórica, ou qualquer outro fator, que revele a fragilidade da profissão. O que se pretendeu com esse trabalho foi expor alguns “conceitos” da fenomenologia e despertar para um novo olhar para a psicologia, um convite para novas possibilidades de atuação.

### 3.4 A Psicologia e a população em situação de rua: novas propostas e velhos desafios

Na tentativa de ampliar o olhar sobre o tema, recorremos a uma publicação recém-lançada pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), com o título de *A Psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios*, que tem por objetivo apresentar o resultado da pesquisa *Atuação profissional de psicólogos em políticas para a população em situação de rua*, realizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), unidade do CRP-MG.

A PNPR, apesar de ter sido criada há algum tempo, não está embasada em experiências anteriores, e, portanto, toda forma de se criarem e de se proporem intervenções junto à população envolvida, surge da execução imediata das ideias e da intuição referente ao projeto. Isso torna cada fazer um desafio. Para tanto, é imprescindível que o grupo de profissionais envolvidos receba constante investimento na formação das equipes, na instrumentalização adequada aos serviços/equipamentos, no fornecimento de um devido suporte e assessoria, favorecendo, assim, o compromisso social e político dos profissionais. Dessa forma, haverá profissionais críticos, que se mostram eticamente engajados na construção da sociedade.

Entretanto, algumas questões ainda limitam o fazer do psicólogo junto às PNPR. Uma das questões apresentadas pela pesquisa realizada pelo Crepop/CRP-MG refere-se à queixa dos profissionais psicólogos na abordagem aos moradores em situação de rua, são os embates com as ações higienistas do poder público, conforme relato da equipe do Crepop, feito ao *Jornal do Psicólogo* (2015).

Muitas vezes o órgão público faz uma política higienista, mas também é aliado de ações que tentam acolher a população de rua que questionam isso. De manhã alguém tenta recolher seus pertences e à tarde surge alguém oferecendo uma orientação de vida, querendo conversar.

Políticas popularmente chamadas de higienistas são aquelas que se propunham a uma “limpeza” social, ou seja, é uma alusão ao movimento higienista do sec. XVIII, que nomeava as desordens sociais e o mau funcionamento da sociedade como causas das doenças, cabendo à medicina refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais, neutralizando todo perigo possível através da “limpeza” social.

Até meados do século XIX, não havia assistência médica aos doentes mentais, que, quando não alojados em prisões por vagabundagem ou perturbação da ordem pública, eram enclausurados em celas especiais das Santas Casas de Misericórdia (Costa, 1989). Se de um

lado havia o desenvolvimento e a euforia, do outro, esse mesmo desenvolvimento fomentava a

deterioração das condições de vida da população trabalhadora, de higiene e saneamento das cidades, proliferação de cortiços e favelas, focos de desordem e reservatórios de vetores de doenças infecciosas, aglomeração de maltrapilhos nas ruas à espera de trabalho, surtos epidêmicos que dizimavam a população de recém-chegados, tão necessários à economia paulista e desejáveis, de qualquer modo, para “depurar as veias da mestiçagem primitiva”, como afirmava Ruy Barbosa, novos e graves problemas para os quais, na área da saúde mental, a psiquiatria das freiras, os asilos provisórios despovoados de médicos eram soluções de amadores (RESENDE, 1987, p. 42).

A ideia de políticas higienistas está fortemente associada com as questões anunciadas por Heidegger sobre a era da técnica. A ideia do homem como utensílio, do uso que se faz e a quem interessa. Se este homem, nomeado como população em situação de rua não está na cadeia de produção social, ele interessa a quem? Essa é uma questão irônica e violenta para se refletir sobre o ser.

A ascensão do capitalismo promoveu uma série de vieses, que se interpelam com a era da técnica. Se de um lado o capitalismo promoveu uma faceta mais inclusiva e humana ao sistema social, com políticas assistencialistas, de outro demarca a desigualdade social, proveniente da busca constante de maior produção e ganho social.

Tal como numa balança, os extremos tentam se equilibrar, compensando seus pesos e valores. Nem sempre se alinham. A proposta de políticas assistencialistas, que surgem como benefícios sociais, só existe graças à desigualdade social. A criação da PNPR é um exemplo dessa demanda, ela surge movida por uma fragilidade social.

Retornando-se ao tema da pesquisa, qual o papel dos psicólogos junto à população em situação de rua?

Os psicólogos participantes da pesquisa do Crepop/CRP-MG relatam a dificuldade em enumerar os recursos técnicos e teóricos utilizados em sua prática, parecendo por vezes, confundi-las com as atividades desenvolvidas.

Em relação às teorias que fundamentam o trabalho dos psicólogos envolvidos com a PSR, essa é uma questão que reflete a diversidade e, ao mesmo tempo, o domínio de algumas teorias sobre os espaços que ocupam. O exemplo disso vem do relato de uma psicóloga ao dizer que nos trabalhos supervisionados pela Secretaria de Saúde predomina a orientação pela psicanálise; já os orientados pela Secretaria de Assistência Social, apresentam um domínio das temáticas referenciadas pela Psicologia Social.

A diversidade de abordagens empregadas nos trabalhos corresponde às diferentes escolhas feitas nos processos formativos de cada profissional. Entretanto, a pesquisa constatou que, apesar de alguns terem como formação a psicanálise ou a abordagem humanista, entre outras, ainda assim, a maioria afirma que, considerando-se a população de rua e afins, prefere fazer uso da psicoterapia breve relacionada à abordagem cognitivo-comportamental, por considerar que essa prática tende a apresentar maior êxito para o tratamento.

Exemplificando-se, reproduz-se-a um dos relatos apresentados na pesquisa do Crepop/CRP-MG:

“Eu tenho uma orientação psicanalítica e tem horas que eu não consigo fugir muito, mas eu acho que, no caso do Caps, e do AD especificamente, tem horas que a comportamental acaba adequando melhor. Tem a questão do reforço mesmo, do dia a dia, das atividades, da substituição dos horários – aquele horário que usava droga, usava álcool, o que vai passar a fazer agora? Montar mesmo um cronograma de atividades. E acaba fugindo um pouco, porque, até mesmo, é uma orientação breve. Então, com a psicanálise você vai acabar querendo entrar um pouco mais e depois você não vai poder, vai levantar uns fios ali que depois não vai dar conta de amarrar” (CRP-MG, 2015, p.41).

Fica claro, portanto, que os participantes da pesquisa falam sobre os recursos e referenciais teóricos utilizados, que, apesar da formação em uma abordagem, acabam optando pelo uso da psicoterapia breve, conforme a abordagem cognitivo-comportamental. A partir de então, algumas dúvidas parecem circundar esse contexto. A escolha pela psicoterapia breve está realmente relacionada à sua eficácia? Será que ela está sendo aplicada nos moldes em que deve ser proposta? Ou será que a escolha pelo referencial está diretamente relacionada com o tempo de atendimento, que é supostamente mais curto?

O tema da era da técnica, tal como anunciada por Heidegger, apresentado anteriormente, poderá nos auxiliar na compreensão das questões supramencionadas. A era da técnica apresenta a urgência e a compulsão por respostas, independentemente das perguntas. Remete à necessidade de controle sobre os fatos, principalmente a necessidade de respostas rápidas e imediatas. Uma das características do mundo contemporâneo é a instrumentalização, que justamente marca um tempo que apresenta dificuldade em lidar com vazio, com a falta (tal como anunciada pela psicanálise), e com as possibilidades, o poder-ser, anunciados pela fenomenologia.

A urgência em se responder concretamente às solicitações de uma população que tem o sofrimento psíquico e a fragilidade socioeconômica como estigma maior fica evidente quando se percebe que os psicólogos acreditam que deveriam utilizar outros mecanismos de ação, independentemente da abordagem que haviam priorizado em sua formação para se

sentirem mais seguros e confiantes em seu fazer. Lembrando-se que a Psicanálise, conforme o exemplo apresentado pela entrevista na pesquisa do CRP-MG, tem instrumentos que poderiam auxiliar nos atendimentos, tais como a psicoterapia breve de inspiração analítica, apresentada por alguns autores como uma alternativa vantajosa, por permitir que se obtenha “resultados terapêuticos bastante satisfatórios, duradouros, e, com frequência, num lapso de tempo relativamente curto em comparação com a psicanálise” (Gillieron, 1986, p. 21). Outro recurso disponível na psicanálise é *Efeitos terapêuticos rápidos em psicanálise aplicada*, de Jacques Alain Miller. Ou seja, se a dificuldade, tal como anunciada pela entrevistada, diz respeito à duração e continuidade dos encontros, esta não condiz como justificativa às limitações exercidas pelo profissional.

A escolha por uma abordagem ou referencial teórico durante o processo de formação do psicólogo é algo que envolve diversos fatores, desde uma escolha que reflete um modo pessoal de compreender e de se reconhecer na própria história acadêmica, quanto a influência de “mestres” e também a teorias que respondem a um modismo ou que teoricamente atendem às exigências de controle social.

A escolha dos psicólogos pela Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) encontra o apoio da medicina, que é uma instituição consagrada no meio das ciências, subsidiando assim, seu fazer e apoio. Segundo Knapp e Beck (2008):

A pesquisa e a prática clínica mostraram que a TC (terapia cognitiva) é efetiva na redução de sintomas e taxas de recorrência, com ou sem medicação, em uma ampla variedade de transtornos psiquiátricos. Beck aplicou sistematicamente o conjunto de princípios teóricos e terapêuticos da TC a uma série de transtornos, começando por depressão, suicídio, transtornos de ansiedade e fobias, síndrome do pânico, transtornos da personalidade e abuso de substâncias. Problemas interpessoais e raiva, hostilidade e violência também foram estudados. Além disso, trabalhos mais recentes usando esta abordagem mostraram um efeito adicional sobre o tratamento medicamentoso de doenças psiquiátricas graves, como esquizofrenia, e transtorno bipolar. Adaptações em andamento de protocolos cognitivo-comportamentais para uma gama cada vez maior de transtornos médicos e psicológicos foram testados para dor crônica, relação conjugal conflituosa, transtornos somáticos na infância, bem como para bulimia e problemas de comer compulsivo. Hoje há mais de 330 artigos de resultados de intervenções cognitivo-comportamentais, e a produção de pesquisas continua. Alguns estudos de resultado usando neuroimagem recentemente confirmaram o que já se previa: as TCC produzem mudanças fisiológicas e funcionais em muitas áreas cerebrais” (KNAPP e BECK, 2008).

Outro aspecto também anunciado pela pesquisa do Crepop/CRP-MG é referente à diferença dos referenciais teóricos utilizados na prática dos profissionais que atuam seja na área da saúde, através das supervisões que utilizam a psicanálise como suporte teórico, seja na assistência social, com um olhar sócio histórico, pela Psicologia social, fragilizando, assim, o

profissional que transita nas duas instâncias, uma vez que tende a misturar processos intervencionistas com processos psicoterápicos. Em consonância com o anunciado, é relevante se considerar que:

(...) o psicólogo trabalhará construindo estratégias que efetivem o acesso do cidadão aos direitos socioassistenciais, levando em conta, porém, a dimensão subjetiva que está envolvida na situação de vulnerabilidade e/ou violação de direitos. Não é incomum que se confunda abordagem psicossocial com psicoterapia, mas elas devem se distinguir pela forma de intervenção e pelos objetivos (CRP-MG, 2015, p. 42).

Outro aspecto relevante sobre a atuação do psicólogo é se considerar a sua formação. De acordo com a pesquisa, a maioria dos psicólogos não consegue se posicionar a partir do referencial teórico que havia escolhido e dedicado a sua formação, antes do trabalho junto às políticas públicas. O que se percebe é uma não apropriação dos psicólogos por um ou outro referencial teórico. A escolha por uma abordagem sempre fez parte do processo formativo do psicólogo. Esta escolha confere consistência metodológica à prática, pois cada referencial tem uma visão de mundo, com filosofia e ideologia próprias, sendo destas que sustentam as técnicas que vão orientar as atividades a serem realizadas.

Corroborando com a dificuldade de posicionamento diante do referencial teórico, o psicólogo também apresenta, em sua prática, outra fragilidade na sua atuação. Muitos psicólogos, de acordo com a pesquisa, confundem ou não conseguem delimitar seu fazer, nem o diferenciar do fazer de outros profissionais, principalmente do assistente social.

Outro fator importante a ser considerado é que, apesar das propostas de trabalho pela Psicologia junto as políticas públicas, muitas vezes se apresenta sem precedentes, não significa que ele não possa ser técnica e teoricamente bem embasado, muito pelo contrário. E, neste caso, o uso de diversas abordagens teóricas, equivale a não se basear em nenhuma.

É fato que ao abordar a população em situação de rua e afins, o profissional depara-se com um fazer que ainda se apresenta de forma desconhecida para os profissionais. Suas funções se confundem com a da assistência social, que, por sua prática, tende a resolver os problemas e conflitos, enquanto que na maioria das vezes, os processos psicoterápicos remetem a tonalidades afetivas, que não se aproximam dos resultados imediatos esperados.

Essa questão tem seu fundamento na própria formação do psicólogo. É comum que se depare com propostas curriculares, nos cursos de graduação, que não privilegiem atividades práticas interdisciplinares, e, quando esse tipo de metodologia é proposto, ocorre de forma multidisciplinar, ou seja, cada profissional tem a sua atuação, mas não há interação entre os

demais. Quando a proposta de trabalho está relacionada às PNAS, que têm por característica a não definição clara da função e atuação de cada profissional, o psicólogo não sabe como construir seu fazer.

Esta questão pode ser exemplificada por um dos depoimentos:

Não, as funções não são específicas. Elas tomam um caráter diferente pela sua formação. Eu fiz Psicologia, então, a forma como você conduz acaba sendo direcionada pela sua formação, mas não é uma atividade específica, né?! Tanto que quando a seleção é feita teoricamente você pode ser psicólogo e assistente social (CRP-MG, 2015, p.44).

Outo fator que favorece a dificuldade de alguns psicólogos de vivenciarem a tão almejada interdisciplinaridade é que muitos programas assistencialistas têm, nas suas contratações, uma nomeação generalista, que engloba diferentes profissionais dentro de uma mesma função, ou seja, contratam-se “técnicos de saúde”, “educadores sociais”, e outras nomeações para o cargo. Mas o que se tem é uma mistura de saberes, profissionais das mais diversas áreas e propostas de trabalho atuando juntos e exercendo a mesma função. Isso provoca, porque não dizer, uma “crise” de identidade profissional.

Apesar das dificuldades, é essencial que o psicólogo compreenda qual o seu papel e o de seus colegas. É necessário que exista uma interlocução entre a equipe. Mas principalmente que cada profissional tenha assegurado qual é o seu fazer, uma vez que é fato que o desenvolvimento de todo trabalho junto às políticas públicas tem como objetivo a interdisciplinaridade.

É fundamental o diálogo entre os diversos campos de saber, quanto mais integrados, melhor troca de conhecimentos e, com certeza, a atuação profissional será profícua. As qualificações multi, inter e transdiplinar têm suas funções preservadas, considerando as necessidades e possibilidades de cada local ou modos de atuação.

Na tentativa de compreender as diferenças e usos das formas de atuação dos profissionais que atuam em conjunto, seja como multi, inter ou transdisciplinar, Silva cita Morin (2007) afirmando que:

Cada um desses termos tem uma contribuição a dar, mas nenhum se basta, e o que é realmente importante é a atitude epistemológica. Na multidisciplinaridade, recorremos a informações de várias matérias para estudar um determinado elemento sem preocupação de interligar as disciplinas entre si. Já na interdisciplinaridade, duas ou mais disciplinas/saberes integram-se visando à construção do conhecimento. A transdisciplinaridade por sua vez, visa articular uma nova compreensão da realidade, indo através e além das disciplinas, visando superar as particularidades, conjugar os saberes e fazer com que diferentes aportes teóricos apontem para um mesmo objetivo. A interlocução entre as diversas disciplinas chega a ser tão intensa a ponto não mais

ser possível retornar ao estágio anterior. Representa a passagem do simples para o complexo (CRP-MG, 2015, p. 44).

Se no processo formativo houve uma limitação na vivência de oportunidades que favoreceriam a interdisciplinaridade, como atingir, portanto, diante a solicitação de uma possível transdisciplinaridade?

No que concerne ao fazer do psicólogo, a escuta foi colocada como o recurso que o diferencia dos demais profissionais.

e eu acredito que o psicólogo é diferenciado pela questão da escuta mesmo, porque a gente tem uma sensibilidade maior na escuta, né?! – depoimento de uma das entrevistas para a pesquisa (CRP-MG, 2015, p.45).

É importante o psicólogo considerar que a escuta não é um recurso utilizável apenas pela Psicologia. Toda categoria profissional tem o dever de escutar de forma atenta aquilo que está sendo dito. Novamente apresentam-se aspectos que ilustram a “crise de identidade” dos psicólogos no seu fazer junto às políticas públicas.

A partir dos relatos apresentados, tanto através das entrevistas realizadas com os psicólogos fenomenólogos quanto pelos psicólogos participantes da pesquisa do CRP-MG, pode-se observar que, independentemente do referencial teórico, a sua atuação com a população em situação de rua deveria pautar-se em uma relação horizontal e de cuidado, sendo que propor esse tipo de trabalho é permanecer sempre atento às singularidades, auxiliando no acesso aos meios indispensáveis aos cuidados de si, potencializando-se possibilidades de projetos de vida fora das ruas, ou não, respeitando-se o modo de viver daquele que teve a rua como escolha de suas vivências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste trabalho consistiu em explanar considerações sobre o pensamento do filósofo Martin Heidegger, especificamente a noção de ser-aí diante da era da técnica, articulando, assim, os modos de constituição de uma Psicologia clínica que se propõe a acolher a população de rua e afins.

Dessa forma, demonstrou-se, através da perspectiva fenomenológica, a compreensão de que o ser é um ser de presença, que tem caráter de abertura, é um nada que se abre em possibilidades. Para tanto, trilhou-se um caminho pela filosofia heideggeriana, apresentando-se os fundamentos que alicerçam a construção de uma prática clínica em Psicologia que se preocupa com o cuidado diante de um grupo de população estigmatizada pela pobreza e pela fragilidade social.

Considerando-se as diversas possibilidades de se pensar o fazer de uma clínica psicológica que ultrapasse os limites do consultório particular, seja propondo acolhidas individualmente ou em grupos, em instituições ou inserido nas políticas públicas, ao se lançar a novos desafios como um apelo constante por mudanças e busca de novos fazeres, e atentando-se para as exigências da era da técnica, como se pode estabelecer um *clínica* junto à população desprovida economicamente ou vulnerável socialmente, exemplificada aqui pela população em situação de rua e afins, e às suas solicitações?

O caminho traçado por Heidegger balizou os questionamentos, uma vez que os fundamentos teóricos propostos pelo filósofo provocaram certo distanciamento de um passado de tradição metafísica, do pensamento científico moderno e das estruturas sedimentadas da existência cotidiana. Apoiando-se nos preceitos teóricos apresentados pelo filósofo, propôs-se pensar a existência humana diante seu caráter de abertura, na sua condição eterna de um poder-ser que estará sempre disposto às tonalidades afetivas diante de um horizonte histórico de articulação de sentido, o mundo. O ser é, e sempre será, um ser-no-mundo.

Assim, considerou-se, através das reflexões heideggerianas, a existência como devir, que se constitui no horizonte de articulação, rompendo-se com a ideia de ser simplesmente dado, suscetível a determinações e objetivação prévia. O ser se apresenta como o modo de ser do homem, como Dasein, e tem a estrutura de ser-no-mundo. O mundo entra e revela o ser.

Heidegger também auxiliou-nos a compreender as determinações do mundo à luz de técnica, provocando a reflexão sobre os modos de ser diante das urgências do mundo, das suas exigências e dos resultados formatados por um pensamento calculante, fazendo com que se

esqueça dos modos de reflexão, e pensamentos meditantes, que poderiam retirar o indivíduo de modos de repetições e determinações.

O pensamento heideggeriano sobre a era da técnica favoreceu a compreensão dos acontecimentos que constituem a abertura ao mundo, convocando, ou não, à participação do envio do destino, pela dinâmica do desencobrimento, elucidando as questões que abarcam o mundo contemporâneo, como um convite à busca de sentido da própria existência, através do encontro com o horizonte histórico no qual se vive.

A Psicologia, embasada em um caráter científico, fornece um solo rico em possibilidades de atuação clínica, que, conforme se acredita ter deixado claro, compreende-se que, apesar das abordagens terem suas distintas modalidades e referenciais teóricos, não significa que todo processo terapêutico tenha que ser reduzido a parâmetros e medidas. Portanto, ao se considerar a fenomenologia como aporte para se pensar um fazer na Psicologia, utiliza-se a suspensão, como um cuidado diante do uso de técnicas terapêuticas e referenciais teóricos determinantes sobre os processos de interpretação, permitindo-se que o Dasein se apresente em abertura e sentido da existência.

A apropriação do pensamento heideggeriano possibilita alcançar uma perspectiva mais abrangente em relação às determinações do pensamento calculante, fortalecido pela era da técnica, visto que não se mantem o ser no domínio de suas representações. Refletir sobre o sentido das coisas convida a uma nova forma de se reconhecer diante do horizonte histórico.

É desse horizonte, das ideias fenomenológicas de Heidegger e de sua ontologia fundamental, que se teceram estas considerações, para se pensar uma prática clínica que se constitui, em si mesma, uma prática social, pois, para se compreender o sofrimento psíquico ou fenômeno psicológico, como diz Figueiredo (1996), deve-se ir até a ontologia, ou aos fundamentos do ser. Para Safra (2004), a dimensão do sofrimento psíquico, muitas vezes, passa não somente pela dimensão ôntica, ou seja, pela dimensão do psicológico ou do cotidiano, mas também pelas facetas que colocam o ser-aí na dimensão do humano.

A busca pela situação originária, que na maior parte das vezes se apresenta encoberta pelas determinações hegemônicas no horizonte histórico de sentido, é o que favorece o descortinar de outras possibilidades. E é nesse horizonte que a clínica psicológica tem a possibilidade de encontrar outro espaço de realização, o qual se estrutura no pressuposto de que o ente é um poder-ser *afetadamente* articulado com o mundo histórico do qual faz parte, e que continuamente dará conta de sua finitude constitutiva, e, ainda, na situação de que aquilo que se é, e como se constitui, é conquistado desempenhando-se em papéis e modos de ser em sociedade.

Meditar sobre a questão da existência e das experiências da clínica psicológica diante das urgências do mundo, convoca a uma discussão sobre o acesso da Psicologia a uma população considerada excluída, ou seja, a população de rua e afins, conforme se descreveu no trabalho.

Não existe empecilho sobre a atuação do psicólogo junto às políticas públicas, aliás esse é um campo que se abre como possibilidade de atuação profissional que mais absorve psicólogos. Entretanto, para uma melhor coerência e respeito ao outro, essa proposta de trabalho exigirá do profissional, o cuidado ao responder às metodologias e às suas solicitações. O profissional deverá estar atendo ao considerar as generalizações e as universalizações de tonalidades que deveriam ter um caráter singular.

O pensamento de Heidegger está enredado por reflexões que tecem a existência humana, e acredita-se que estes tendem a se apresentarem de forma preciosa ao exercício clínico da Psicologia, uma vez que não se limitam à aplicação de procedimentos técnicos bem definidos, mas se apresentam em conexão com um movimento de apropriação dos sentidos que compõem a “abertura de mundo” do ser-aí, ampliando seu campo existencial de possibilidades, seu eterno poder-ser.

Ainda no que tange as políticas públicas é importante considerar que a formação dos psicólogos ainda é um complicador. Conforme pesquisa realizada pelo Crepop/MG e CRP/MG, é comum nos depararmos com profissionais que não se sentem aptos ao desempenho do seu trabalho, ou seja, existe uma fragilidade de compreensão dos profissionais sobre os fundamentos que perpassam a própria formação, os dados da pesquisa revelam que o fazer da Psicologia ainda é algo em construção.

Os relatos da pesquisa apresentada pelo CRP-MG mostram que, quando os profissionais afirmam que, apesar de terem uma formação baseada num certo referencial teórico, acreditam que outro referencial responde melhor a alguns temas e ações a serem desenvolvidas, acreditando-se que esta é a resposta pela pouca confiança teórica aos processos formativos, e, ao mesmo tempo, fica claro que as urgências de um mundo que se constitui na era da técnica são um convite a respostas imediatas às exigências de seu tempo.

Ter a fenomenologia hermenêutica como trilha para um novo caminho na clínica psicológica é abrir-se para um caminhar onde o caminho se apresenta. Por isso é que cada horizonte histórico tende a despertar as tensões que lhe são próprias. E essas tensões só podem aparecer nas expressões singulares. E uma clínica que privilegie a população em situação de rua e afins é algo em construção, é um caminho que só irá se apresentar no seu fazer.

Para tanto, acredita-se que propostas que apresentem um novo fazer sempre despertarão novos desafios, e que este trabalho foi apenas o início de uma pesquisa mais profícua ao tema proposto.

## REFERÊNCIAS

- AIEXE, Egídia M. A. População em situação de rua e o direito à cidade. **Pensar BH/Política social**. Belo Horizonte. Belo Horizonte, n.29, p-5-8, jul. 2011.
- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?: e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ARROYO, Júlio. Espacio público. Fenomenologias complejas y dificultades epistemológicas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Carlos. v.7, n.1, 2002.
- Bock, A. M. B. (2001). A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia** (pp. 15-35). São Paulo: Cortez.
- BOSS, M. **Angústia, Culpa e Libertação: ensaios de psicanálise existencial**. 3.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- BRASIL. Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional para a PSR e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos** Brasília, 24 dez. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm)
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **Clínica ampliada e compartilhada** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009a
- BRASIL. Ministério do desenvolvimento Social e combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializada para a População em Situação de Rua – Centro POP**. Brasília: MDS, 2011 (SUAS e a PSR, v.3)
- BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- CABRAL, Alexandre Marques. **Heidegger e a destruição da ética**. Rio de Janeiro: UFRJ, Mauad, 2009.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009
- CAMASMIE, Ana Teresa & SÁ, Roberto. Reflexões fenomenológico-existenciais para a clínica psicológica em grupo. **Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia**, v. 12, n. 3, p. 952-972, Rio de Janeiro. 2012.
- CASANOVA, Marco Antônio. **Comprender Heidegger**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CASANOVA, Marco Antônio. **Nada a caminho: impessoalidade, nihilismo e técnica na obra de Martin Heidegger**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006

COHN, H. W. **Existential thought and therapeutic practice**. London: Sage Publications, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (CRP-MG) (org.). **A Psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios**. Belo Horizonte: CRP 04, 2015.

CONSELHO REGIONAL de PSICOLOGIA (CRP-MG). População de rua: Psicologia e a construção de autonomia. **Jornal da Psicologia**. Belo Horizonte: CRP/MG, ano 07, nº 27, março/abril de 2010.

COSTA, Jurandir. F. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

CRITELLI, D. Malabarismos de Rua. **Jornal Folha de São Paulo**, caderno Equilíbrio, 17 de julho de 2003, p. 12.

DE LUCCA, Daniel. **A rua em movimento - experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

DUARTE, André. **Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. Em: **Estudos de Psicologia**, volume 9, número 2. Internet 2004.

FEIJOO, Ana Maria L. C. **A escuta e a fala em psicoterapia: uma proposta fenomenológica existencial**. 2. ed. Rio de Janeiro: IFEN, 2010.

FEIJOO, Ana Maria L. C. **A existência para além do sujeito: a crise da subjetividade moderna e suas repercussões para a possibilidade de uma clínica psicológica com fundamentos fenomenológico-existenciais**. Rio de Janeiro: IFEN e Via Verita, 2011.

FEIJOO, Ana Maria L.C. **A psicologia clínica: técnica e téchne**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 87-93, 2004

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de; PIETRANI, Elina Eunice Montechiari. A Seleção de Pessoal em Psicologia em Questão. **Psicol. Cienc. prof., Brasília**, v. 35, n. 2, p.290-306, junho de 2015. Disponível a partir <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932015000200290&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000200290&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 29 de novembro de 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-370300332014>

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de. A clínica psicológica em uma inspiração fenomenológica - hermenêutica. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 973-986, dez. 2012. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812012000300016&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000300016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 15 jan. 2016.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de; MATTAR, Cristine Monteiro. A desconstrução da psicossomática na Análise existencial de Heidegger e Boss. **Rev. latinoam.psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 651-662, dezembro de 2015. Disponível a partir <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-)

47142015000400651&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 de maio de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2015v18n4p651.5>.

FERREIRA NETO, J. L. Qual é o social da clínica? Uma problematização. **Pulsional – Revista de Psicanálise**, São Paulo, v. 167, n. 1, p. 57-65, mar. 2003.

FERREIRINHA, Isabella M. N.; RAITZ, Tânia R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 44(2):367-83, Mar./abr. 2010.

FIGUEIREDO, LUIS. CLAUDIO. **Revisitando as psicologias**. Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. São Paulo/Petrópolis: Educ/Vozes. 1996

FOUCAULT, M. **Hermenêutica do sujeito**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010

GARCIA, Célio. **Clínica do social**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

GIACOIA, JR. Oswaldo. **Heidegger urgente**: introdução a um novo pensar. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

GIOVANETTI, J. P. **O existir humano na obra de Ludwig Binswanger** - I Encontro Brasileiro de Análise Existencial Terapêutica, Belo Horizonte, 1989.

GILLIÈRON, E. **Psicoterapia breve**. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 1986.

GOHEEN, P. Public space and geography of the modern city. **Progress in Human Geography**, v.22, n.4, p. 479-496, 1998.

HEIDEGGER, M. **Seminários de Zollikon**. Petrópolis: Vozes, 2009

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2006

HEIDEGGER, Martin. **Introdução à Filosofia**. Trad. Marco Antônio Casanova. São Paulo: Martins Fontes, 2009a.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2007.

HEIDEGGER, Martin. **Serenidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

JARDIM, Luís Eduardo F. Rumos da fenomenologia no Brasil. EVANGELISTA, P.E.R.A. (org.) **Psicologia fenomenológico-existencial**: possibilidades da atitude clínica fenomenológica. Rio de Janeiro: Via Venita, 2013.

KNAPP, Paulo; BECK, Aaron T. Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v30s2/a02v30s2.pdf>>. Acessado em: 19 jan. 2016.

LO BIANCO et al. Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica: implicações para a formação. Em: Conselho Federal de Psicologia (ORG.). **Psicólogo brasileiro**: práticas emergentes e desafios para a formação. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1994.

NIETZSCHE, Friedrich, (1994). W. **Assim falou Zaratustra**: Um livro para todos e para ninguém. 7.ed. São Paulo: Bertrand. Trad. Mário da Silva.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p.69-88

PAULA, Luiz Tiago; FERREIRA, Rafael Bastos. **Fenomenologia política dos espaços públicos: Arendt, Habermas e Jacobs autores**. Em: XII Seminário de Pós-Graduação em Geografia: Territórios possíveis, paradigmas da geografia contemporânea. Disponível em: <http://www.fca.unicamp.br/lagerr/images/Trab/Tiago2.pdf>. 2014. Acessado em: 12 jan. 2016.

RESENDE, H. (1987). Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. TUNDS, S.A. & COSTA, N. Rosário. **Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. Petrópolis: Vozes.

ROJCEWICZ, Richard. **The gods and technology: a Reading of Heidegger**. New York: State University of New York Press, 2006.

ROMAGNOLI, Roberta C.. Algumas Reflexões ACERCA da Clínica social. **Rev. Dep. Psicol., UFF, Niterói**, v. 18, n. 2, dezembro 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-80232006000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 22 de agosto de 2014 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232006000200004>.

SÁ, Roberto N. **A psicoterapia e a questão da técnica**. Arquivos brasileiros de Psicologia, n. 4, Instituto de Psicologia, UFRJ, p. 348-362, 2002.

SA, Roberto Novaes de; BARRETO, Carmem Lúcia Brito Tavares. **A Noção fenomenológica de existência e como Práticas Psicológicas** Clínicas Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 28, n. 3, p. 389-394, setembro de 2011. Disponível a partir <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2011000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 30 de março de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2011000300011>.

MATTAR, Cristine SÁ, Roberto. N.; M. Os sentidos da "análise" e "analítica" no pensamento de Heidegger e suas implicações para a psicoterapia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 191-203, 2008.

SAFRA, G. **A pó-ética na clínica contemporânea**. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa?. Em: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p.7-13.

SÉVIGNY, R. Abordagem clínica nas ciências humanas. Em: J.N. ARAÚJO; T.C. CARRETEIRO (eds.). **Cenários sociais e abordagem clínica**. São Paulo, Escuta, 2001. p. 12-33.

SOUSA, Caroline M. **O fenômeno do mundo no pensamento de Martin Heidegger**. Revista Eletrônica do Grupo PET - Ciências Humanas, Estética e Artes da Universidade Federal de São João Del-Rei, Ano II, n. II, jan. a dez. de 2006

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. Trabalho apresentado no Seminário Exclusão Social, promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 23 de abril de 1998. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/exclusao.pdf> acessado em 19 dez. 2015.

SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da exclusão/inclusão na cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva et al. **Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização**. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 7, n. 21, pp. 556 a 605, dezembro de 2008.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens C.F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e sociedade**. v.13, n.1, p.56-69, jan-abr 2004.